

Quem disse ?

«O pequeno Timor e o pequeno Portugal talvez tenham reabilitado a ONU»

Manuel Alegre
Expresso, 25 de Setembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Alterações ao programa de campanha

Guterres recebe Xanana sexta-feira

O secretário-geral do PS cancelou totalmente as suas actividades de campanha eleitoral no sábado, devido à presença do líder da Resistência timorense em Portugal, Xanana Gusmão, nos dias 1 e 2 de Outubro.

Os comícios do partido que estavam previstos para Vila Real e para Bragança, ambos no dia 2 de Outubro, foram transferidos para domingo. Assim, no dia 3 de Outubro, segundo o coordenador da Comissão Permanente do PS, António José Seguro, o líder socialista estará presente em três comícios: o primeiro em Bragança, às 16 horas, o segundo em Vila Real, às 18 horas e, finalmente, o último no Porto, ao início da noite. Como estava inicialmente previsto, nesse mesmo dia, também se realizará um almoço com apoiantes em Amarante, pelas 13 horas.

O programa de campanha de sexta-feira também sofreu algumas alterações, já que é o dia em que o primeiro-ministro se desloca ao aeroporto para receber Xanana Gusmão, tendo previstas presenças no almoço no Palácio de Belém (a convite do Presidente da República) e no jantar que, enquanto chefe do Governo, oferece ao líder do Conselho Nacional da Resistência Timorense, no Centro Cultural de Belém.

Na sexta-feira, a caravana nacional socialista apenas terá a participação de António Guterres à noite, durante o comício da Guarda. António José Seguro substituirá o secretário-geral do PS no almoço com apoiantes em Gouveia.

De referir que, no dia da chegada de Xanana Gusmão a Portugal, António Guterres recebe em audiência o presidente do Conselho Nacional de Resistência Timorense.

É PRECISO REFORÇAR A MAIORIA A 10 DE OUTUBRO INSTABILIDADE E ABSTENÇÃO OS VERDADEIROS INIMIGOS DO PS

A vitória do PS é mais do que certa nas próximas eleições legislativas. Mas ao PS não lhe serve triunfar com uma maioria qualquer. É preciso reforçá-la para que o país tenha estabilidade política e um Governo que dure quatro anos. Na última semana, nos comícios de Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja, Faro, Santarém e Leiria, o secretário-geral do partido tem lançado insistentes apelos à mobilização de todos aqueles que acham que o país melhorou nos últimos quatro anos. É essencial que todas essas pessoas votem no dia 10 de Outubro e não se abstenham por excesso de triunfalismo. Como sublinhou António Guterres, o PSD é hoje um partido extremamente agressivo e espreitará a todo o momento uma oportunidade para tentar derrubar um Executivo socialista.



Administração Interna

Balanço Portugal seguro



Fazer Portugal um país mais seguro foi o desafio lançado pelo Ministério da Administração Interna (MAI) há quatro anos. O resultado das actividades desenvolvidas neste sentido foi apresentado num documento/relatório que, ao longo de 143 páginas, dá conta das linhas gerais de actuação, das medidas legislativas e das principais iniciativas implementadas nas áreas tuteladas pelo MAI, com saldo claramente positivo.

Política

Entrevista de António Guterres

«A RTP é um problema que tem de ser encarado com mais determinação»



A questão da gestão da RTP é apenas um dos vários assuntos abordados na entrevista que António Guterres deu ao Diário Digital no passado dia 24 de Setembro e que o «Acção Socialista» publica na íntegra nesta edição.



Abstenção provoca instabilidade

Na passada sexta-feira os albacarenses desceram à rua para saudarem António Guterres - cabeça de lista pelo distrito -, e participarem no primeiro grande comício da campanha eleitoral socialista. Na grande festa de Castelo Branco a intervenção de António Guterres acabou por marcar a tónica desta semana de campanha eleitoral ao explicar os perigos de uma governação sem maioria absoluta nos próximos quatro anos.

Se neste momento, a abstenção é o principal adversário do Partido Socialista no futuro, a instabilidade gerada pela ausência de uma maioria absoluta, pode trazer graves consequências para o desenvolvimento equilibrado do País.

O fantasma das maiorias absolutas à Cavaco, com toda a carga negativa que elas contiveram, hoje está completamente afastado. O Partido Socialista é, e já deu sobejas provas disso, em termos de cultura democrática, de linha de acção, de filosofia, de princípios e de valores manifestamente diferente do PSD de Cavaco e Durão. Por todas estas razões uma governação socialista com maioria absoluta nunca iria cair nos mesmos excessos de Cavaco e Durão.

Hoje, a realidade política económica e social é completamente diferente e a maioria absoluta torna-se, cada vez mais, necessária para uma governação com estabilidade que crie condições para que Portugal se consiga estruturar de forma a recuperar o atraso que ainda nos separa dos países do centro da Europa.

Ora, esta condição fundamental da estabilidade só poderá ser conseguida com uma participação clara dos eleitores no próximo acto eleitoral e uma votação massiva no Partido Socialista, já que nenhum dos principais partidos da oposição dá garantias de participar na aprovação dos futuros Orçamentos de Estado.

Sabemos que, apesar do próximo Quadro Comunitário de Apoio nos dar fortes garantias de apoios ao desenvolvimento, há muito trabalho a fazer e, sobretudo, importantes reformas a implementar, nomeadamente em áreas tão sensíveis como as da saúde, das finanças, do emprego e da justiça social. Estas reformas, fundamentais para a recuperação do nosso atraso estrutural, só podem ser conseguidas se estiver criado um clima de estabilidade propício à realização de pactos de regime.

Se durante a corrente legislatura foi possível governar sem uma maioria absoluta, nos próximos quatro anos o cenário político é completamente diferente. O PSD, por aquilo que já se percebeu, irá criar uma permanente guerrilha institucional capaz de criar uma enorme instabilidade política e social levando à queda do Governo e o regresso às eleições antecipadas, com todas as consequências que daí advêm para o desenvolvimento do nosso país, numa altura em que aderimos de pleno direito à moeda única.

Paralelamente, os outros dois partidos da oposição, PCP e PP, alinham com o PSD numa lógica de permanente boicote, o que representa um passo atrás e o regresso à política do «bota-abaixo».

Governo cria Subsídio para docentes não colocados

O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins, disse no dia 27, que o Governo socialista «conta atribuir ainda durante o corrente ano lectivo o subsídio de desemprego a professores e educadores».

Segundo d'Oliveira Martins, a tutela tem ainda de reunir com as organizações sindicais representantes dos professores e educadores, embora esteja definido que os professores no desemprego vão ter direito a subsídio. «O subsídio é para aplicar ainda durante este ano lectivo, só falta definir os termos da posição das organizações sindicais», referiu, sublinhando tratar-se apenas de «um *pro forma*

que não porá em causa a decisão».

Quanto ao regime a aplicar, «será o mesmo do definido para o subsídio de desemprego», acrescentou o governante.

Relativamente ao número de professores desempregados, que a Federação Nacional da Educação (FNE) e a Fenprof apontam para cerca de 20 mil, o secretário de Estado diz rondarem «um quarto» do referido pelos sindicatos.

«Embora seja difícil quantificar o número de professores desempregados, as nossas estimativas apontam para números não superiores a um quarto dos referidos pelos sindicatos», concluiu.

Durante campanha eleitoral Governo suspende inaugurações

O primeiro-ministro, António Guterres, não quer cerimónias de inauguração, com a presença de membros do Governo, durante o período de campanha eleitoral para as legislativas de 10 de Outubro (26 de Setembro a 8 de Outubro).

De acordo com o gabinete do chefe do Governo socialista, Guterres já comunicou que, «pessoalmente», não participará em qualquer acto deste tipo até ao dia 8 de Outubro.

António Guterres tomou a opção de se afastar de cerimónias de inauguração para «evitar acusações de mistura» entre a sua qualidade de primeiro-ministro em final de mandato e de secretário-geral do PS.

O gabinete do primeiro-ministro, a este propósito, recorda também «a polémica suscitada pelo anterior Governo do PSD, que continuou a inaugurar em período de campanha eleitoral».

No entanto, a equipa de António Guterres faz também acompanhar a mensagem de que a ausência de inaugurações «não impedirá que determinadas obras entrem imediatamente em funcionamento», não tendo assim de ficar em suspenso até ao dia 10 de Outubro.

Por outro lado, é sublinhado que, no período de campanha eleitoral, «todos os membros do Governo continuam a desempenhar em pleno as suas funções».



BASTOU O ESTRONDO PARA DESABAR O TRONO CADUCO DA MONARQUIA

Na edição de 1 de Outubro de 1981 o «Acção Socialista» evocava o movimento libertador e emancipador do 5 de Outubro de 1910 com um texto de antologia do escritor Raul Brandão.

A actualidade política era marcada pela eleições em Loures onde o camarada Riço Calado era o candidato do PS.

O «AS» noticiava ainda, com chamada de primeira página, a realização do I Congresso Nacional das Mulheres Socialistas agendado para os dias 3 e 4 no Hotel Altis.

O órgão oficial do PS dava ainda grande destaque à intervenção do camarada Mário Soares durante a reunião do bureau da IS, em Paris.

Na reunião, o então líder do PS afirmava: «Por motivos políticos óbvios, a Europa tem de ser capaz de pagar preço económico da entrada de Portugal e da Espanha para a CEE.»

Mário Soares reafirmava ainda que «o diálogo Norte-Sul deve começar na Europa».

J. C. C. B.

1 de Outubro

Quem disse?

«O desemprego é sempre um mal e quando atinge certas dimensões pode tornar-se numa autêntica calamidade social»

Hélder Ferreira



RDP instala rádio em Díli

A Radiodifusão Portuguesa (RDP) vai instalar uma estação de rádio em Díli, que, no futuro, será explorada pelos timorenses. A chegada dos primeiros equipamentos técnicos está prevista para Outubro ou Novembro.

De salientar que se trata da concretização de um objectivo, louvável a todos os níveis, do presidente da RDP, José Manuel Nunes, que tinha manifestado interesse em montar uma emissora de rádio em Timor Lorosae.

Comissão Nacional de Eleições Sugestões de solidariedade com Timor

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) apreciou no dia 21 duas propostas de solidariedade com a causa de Timor-Leste, uma delas apresentada por um grupo de pessoas de Espinho e outra pela JS de Almada.

A primeira sugestão, subscrita por «um grupo de espinhenses solidário com a causa timorense», pretendia saber se seria possível no dia das eleições legislativas colocar ao lado da urna de voto uma outra urna onde fosse possível depositar donativos para Timor.

A CNE considerou que - independentemente do apoio que merece a causa timorense - esta sugestão não deveria ser acolhida por ser preferível que o acto de votar nas eleições ou oferecer donativos para Timor-Leste apareçam como distintos e claramente autónomos.

Na reunião da CNE foi também apreciada uma sugestão da JS de Almada para que no papel que o STAPE fornece aos membros das mesas de voto, para estes receberem senhas de presença, conste a possibilidade de os próprios aí indicarem se querem receber a dita quantia ou oferecê-la à causa timorense.

Neste caso, a CNE considerou que a sugestão deveria ser apresentada ao STAPE, que é a entidade responsável pelo envio dos referidos impressos aos membros das mesas. Na sua reunião, a Comissão Nacional de Eleições decidiu ainda aplicar uma coima de 500 contos (mínimo previsto na lei) ao Movimento Partido da Terra (MPT) por ter apresentado fora do prazo legal as contas referentes à sua participação no referendo sobre a regionalização.

INSTABILIDADE E ABSTENÇÃO - OS VERDADEIROS INIMIGOS DO PS

A vitória do PS é mais do que certa nas próximas eleições legislativas. Mas ao PS não lhe serve triunfar com uma maioria qualquer. É preciso reforçá-la para que o país tenha estabilidade política e um Governo que dure quatro anos. Na última semana, nos comícios de Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja, Faro, Santarém e Leiria, o secretário-geral do partido tem lançado insistentes apelos à mobilização de todos aqueles que acham que o país melhorou nos últimos quatro anos. É essencial que todas essas pessoas votem no dia 10 de Outubro e não se abstenham por excesso de triunfalismo. Como sublinhou António Guterres, o PSD é hoje um partido extremamente agressivo e espreitará a todo o momento uma oportunidade para tentar derrubar um Executivo socialista. António Guterres também não recebeu nenhuma garantia de estabilidade política da parte dos dirigentes máximos do PP e do PCP. Em síntese, há um sério risco de o próximo Governo socialista ficar sem Orçamento de Estado e sem condições para governar o País.

O primeiro grande comício da campanha eleitoral socialista aconteceu sexta-feira passada, em Castelo Branco, distrito pelo qual o nosso secretário-geral é cabeça-de-lista. «Estou aqui para prestar contas», afirmou, dirigindo-se à multidão que o ouvia debaixo de chuva, para depois lembrar as três grandes marcas deixadas pelo actual Governo: uma verdadeira cultura democrática com o fim de uma conduta de prepotência por parte do anterior poder político, o combate à pobreza como questão central do regime e a aposta decisiva na educação. «Começou agora o ano escolar com total normalidade, ao contrário das polémicas que rodeavam esta época há alguns anos atrás», recordou o primeiro-ministro. Paralelamente ao combate à pobreza, o secretário-geral do PS evidenciou também o facto de Portugal ter hoje uma classe média forte: 600 mil pessoas compraram casa própria e 1,5 milhões de contos passaram férias no estrangeiro.

No que respeita à Beira Baixa, foi também este Governo quem finalmente colocou em marcha o regadio da Cova da Beira, que atribuiu a maior concessão privada de auto-estrada entre Abrantes e a Guarda, num total de 170 quilómetros, e que instalou o gás natural no interior do país. Como salientou depois no dia seguinte, durante



o comício de sábado em Portalegre, o anterior Governo considerava que Portalegre era um bom distrito como porta de entrada para os tubos de gás natural, mas marginalizava esse mesmo distrito na distribuição deste importante recurso natural, que apenas seria utilizado pelas populações do litoral. O actual Governo, porém, corrigiu essa situação. Também como políticas favoráveis ao interior do país, António Guterres lembrou a criação da Universidade da Beira Interior.

Numa mensagem para todos os albacastrenses, o líder socialista frisou o muito que ainda há para trabalhar para Portugal «recuperar o nível de desenvolvimento que nos separa dos países mais desenvolvidos da União Europeia». O desafio é recuperar esse atraso estrutural no espaço de uma geração.

Estabilidade política é essencial

No entanto, para que Portugal vença esse

desafio de recuperar o seu atraso estrutural face à Europa, António Guterres sublinhou a necessidade de haver estabilidade política nos próximos anos. «Não fazemos chantagem com o eleitorado, mas penso ser meu dever fazer uma séria advertência de que o próximo mandato não será como o anterior». Numa alusão aos debates televisivos que teve na SIC e na RTP, durante a semana passada, o secretário-geral do PS advertiu que «o PSD tem hoje uma lógica de agressão como nunca teve no passado». E como não está amarrado ao compromisso de garantir a estabilidade para que Portugal cumpra os critérios de convergência e entre na moeda única - porque o país já alcançou esse desígnio -, a sua grande ambição, a partir de agora, é derrubar o Governo do PS. Mais grave, como sublinhou o secretário-geral do partido na segunda-feira, durante um grande comício em Santarém, o próprio Durão Barroso, numa entrevista que deu ao jornal «Expresso», em 1996, mostrou o seu desacordo perante a eventual

hipótese de o seu partido se abster, ou até votar a favor, do Orçamento de Estado desse ano. Simplesmente, porque disse entender a questão dos orçamentos de Estado como «instrumentos decisivos de luta política» e, no caso de haver uma viabilização, isso significaria que o PSD anularia todas as suas diferenças perante o PS.

Como concluiu António Guterres, «há reais razões para o PS estar preocupado com a estabilidade política do país. Há hoje um risco de instabilidade política muito maior do que havia há quatro anos atrás e, por essa razão, todos os que querem um Governo de legislatura devem votar maciçamente no PS», no próximo dia 10 de Outubro.

Mas António Guterres durante os mesmos debates também procurou saber se os comunistas e os populares estariam disponíveis para assegurar condições de governabilidade na próxima legislatura. Tanto da parte de Paulo Portas, como da parte de Carlos Carvalhas, não recebeu qualquer garantia.

«Aceito a decisão que for tomada pelo povo português, mas temos de ter a consciência de que sem maioria enfrentaremos o sério risco de o Governo ser derrubado, como já aconteceu com Mário Soares», vítima dos votos cruzados do PSD, do CDS e do PCP.

«Neste últimos quatro anos cometi erro e, porventura, não termos feito tudo aquilo que estava ao nosso alcance em algumas situações. Mas este é o momento de pedir a vossa ajuda. E essa ajuda é o voto no PS. Não peço esse voto nem por mim, nem pelo PS, mas para continuar a servir Portugal e para que os portugueses possam viver melhor, ter mais justiça e um país mais solidário», afirmou, quanto concluiu o seu discurso em Castelo Branco.

No comício de Castelo Branco falaram também o presidente da Câmara da cidade, Joaquim Mourão, o líder da Federação, Fernando Serrasqueiro, e o ministro Adjunto, José Sócrates.

Direitos da oposição garantidos

Outra grande recepção teve António Guterres sábado passado, em Elvas, num dia que terminou com dois comícios, o primeiro em Portalegre ao fim da tarde e depois em Évora. Tendo ao seu lado o presidente da Câmara da cidade, Rondão de Almeida, e o secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, o líder do partido lembrou que tem procurado incessantemente trabalhar para que Portugal recupere o seu atraso estrutural face aos países mais desenvolvidos da Europa. «Este povo que trabalha, que sente, que vive, sabe que

Continua na página seguinte

Continuação

o PS não quer o poder pelo poder, mas para resolver os problemas das pessoas», declarou, antes de evidenciar algumas das obras realizadas em Elvas nos últimos quatro anos.

Entre outros exemplos, António Guterres lembrou que, em 1995, Elvas não tinha qualquer maternidade e, por essa razão, os filhos dos cidadãos elvenses eram obrigados a nascer em Badajoz. Finalmente, com o actual Governo essa desejada maternidade foi criada. Por outro lado, tal como os vizinhos espanhóis de Badajoz chegam hoje de auto-estrada até Madrid, também os habitantes de Elvas, desde este ano, passaram a ter uma ligação de auto-estrada até Lisboa. Enquanto esta lógica construtiva existe entre os principais dirigentes do partido, o líder do PSD aposta numa estratégia de só dizer mal e de puro bota-a-baixo.

Se o PS reforçar a sua maioria nas próximas eleições, António Guterres assegurou que ainda dedicará maior atenção ao respeito pelos direitos essenciais dos partidos da oposição. No caso de o PS continuar a ter apenas maioria relativa, «o Governo fará o melhor possível», embora a tarefa não seja fácil, porque as condições de governabilidade dependerão dos partidos da oposição.

O voto útil da esquerda

Nos comícios de campanha do PS, António Guterres também tem procurado demonstrar que muitas das propostas avançadas pelos partidos da oposição não são exequíveis e apenas existem porque esses partidos sabem que não irão assumir o poder nos próximos anos.

Chocante, segundo o secretário-geral, tem sido a conduta do PCP. Em Évora, no sábado, e em Beja, no domingo, o líder do partido realçou os avanços já registados em termos de projectos de grande impacto para a economia e para o desenvolvimento do Alentejo. Além das melhorias alcançadas na agricultura portuguesa, na sequência da cimeira de Berlim, e do com-



plexo do Alqueva, que ao fim de muitos anos de hesitação este Governo colocou em marcha, frisou já estar garantida a abertura ao tráfego civil do aeroporto de Beja, assim como a re dinamização do porto de Sines, através de um investimento do porto de Singapura, o maior do mundo em termos de mercado de contentores.

Mas, como afirmou em Évora, foi surpreendente que o PCP se tivesse insurgido contra esse investimento em Sines, que trará seguramente maior desenvolvimento para a região, apenas porque é privado, o que dá a sensação de este partido apostar na lógica do quanto pior no Alentejo melhor para os seus interesses eleitorais.

Em Beja, no dia seguinte, domingo, num comício que encheu totalmente a Casa da Cultura da cidade, António Guterres começou por sublinhar as diferenças entre o nível de investimentos transferidos para o Baixo Alentejo pelo actual Executivo nos últimos quatro anos e a marginalização de que esta região foi alvo enquanto Cavaco Silva esteve no poder. Mais grave, porém, é que, segundo o secretário-geral do partido, «quando há um Governo como o do

PS, que trabalha com os alentejanos, que alia uma política económica a preocupações sociais, que combate efectivamente a pobreza, que se preocupa com as carências das pessoas e que luta por uma efectiva igualdade de oportunidades», surge o responsável máximo do PCP a dizer incompreensivelmente o contrário.

Depois de sublinhar o seu respeito pelos eleitores comunistas, António Guterres disse estar certo ser difícil que eles «não deixem de ficar chocados quando ouvem o seu secretário-geral a dizer que o PS e o PSD são iguais. Estou certo que os eleitores comunistas não podem deixar de ficar profundamente chocados, quando o secretário-geral do PCP aparece na televisão com o líder do PSD, durante um debate, e eles parecem os melhores amigos do mundo. Mais importante do que combater o PS, é combater o PSD que esqueceu o Alentejo durante longos anos», denunciou o secretário-geral do partido, que apelou ao voto útil dos eleitores comunistas.

«Estou certo que no Alentejo muitos eleitores comunistas vão votar útil. E o voto útil para o Alentejo e para Portugal é o voto no

PS. Faz mais sentido votar no PS, do que votar em quem se junta ao PSD para atacar o PS».

Melhorias no turismo e agricultura

Nos comícios de Évora, no sábado, e em Faro, onde o PS conseguiu juntar uma verdadeira multidão, o primeiro-ministro sublinhou o facto de o presente ano ter sido o maior de sempre em termos de afluxo turístico para o Algarve. Um número que se registou um ano depois da «Expo 98». No entanto, António Guterres afirmou que o grande desafio é uma aposta de qualidade, já que é possível tornar o Algarve num dos melhores destinos turísticos da Europa e do mundo. No seu discurso, depois de reiterar a sua recusa em entrar «num leilão de promessas», aludiu ao facto de ter sido este o Governo que passou também a atribuir subsídios aos pescadores - e não apenas aos armadores. Para a agricultura do Algarve, está igualmente prevista uma avultada verba no III Quadro Comunitário de Apoio, assim como, para além dos sectores tradicionais, será colocado em marcha o programa «Algarve Digital».

«Não venho aqui dizer mal de ninguém. Temos a consciência tranquila. É com base naquilo que fizemos, nas ideias e nos projectos que temos que queremos ser julgados. Os portugueses conhecem-me. É chegado o momento de pedir a vossa ajuda. Uma ajuda que se traduz no voto». Nas próximas eleições, de acordo com António Guterres, não está apenas em causa a vitória do PS. «É preciso que o PS ganhe com uma maioria tal que nos garanta quatro anos de estabilidade. É fundamental que todos os que acreditam no PS e em mim próprio que vão votar, sobretudo se acham que estamos melhor do que há quatro anos e se entendem que fizemos o melhor possível pelos portugueses», apelou Guterres, antes de recusar excessos de triunfalismo e a falsa ideia que o partido já ganhou e, como tal, não é preciso ir votar no próximo dia 10 de Outubro.



«FOMOS EXCESSIVAMENTE TÍMIDOS» EM RELAÇÃO À RTP

«A RTP é um problema que tem de ser encarado com mais determinação» no próximo Governo, declarou o secretário geral do Partido Socialista, António Guterres. «Essa foi, porventura, uma das áreas em fomos excessivamente tímidos neste mandato», reconheceu o primeiro-ministro, em entrevista ao Diário Digital. Guterres admite que, se o PS for Governo, alterará a estrutura do próximo executivo. Revela ainda a «angústia» que lhe causou manter o referendo em Timor-Leste e como teve presente nessa decisão uma imagem de Salgado Zenha em 1974.

Como é que acha que as coisas estão a evoluir neste momento em Timor?

Eu diria que tudo corre mal excepto o essencial. Isto é, o essencial é a garantia da irreversibilidade da independência de Timor Leste. Creio que essa garantia está dada. Agora, as preocupações continuam imensas: em primeiro lugar o grau de destruição que Timor sofreu; em segundo lugar os efeitos do número de refugiados, de centenas de milhar, muitos deles nas montanhas, que agora têm que voltar à sua vida normal com inúmeras dificuldades. Todas as enormes perdas que entretanto se registaram (vidas humanas, alguns casos perfeitamente trágicos), o problema gravíssimo dos deportados em Timor Ocidental e noutros pontos da Indonésia, sendo esse, neste momento, o ponto fulcral da nossa acção diplomática, sobretudo junto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e dos países que têm capacidade de influência sobre a Indonésia, para garantir que esse problema se soluciona rapidamente. Um enorme conjunto de preocupações que no entanto não apaga a questão central: que Timor vai ser independente.

E que acha de um conjunto de críticas em relação à fraca actuação, ou «demerosa», das forças australianas. Já entraram há dias e ainda não passaram do perímetro de Díli. Esperaria uma maior rapidez?

Não sou um especialista em condições militares, mas creio que a estratégia do comando australiano é reforçar suficientemente as suas capacidades para ter a certeza que, nos sítios onde actua, actua em termos de poder eliminar qualquer foco de resistência. Creio que será isso que está a levar a uma estratégia relativamente cautelosa no desenvolvimento das suas operações. Espero que, com o reforço dos meios, a força esteja em condições de atin-



gir a totalidade do território no mais curto espaço de tempo possível.

Portugal enviou uma fragata. Isso será já para uma terceira fase em que as forças portuguesas estarão presentes no território?

Na terceira fase nós prevemos ter no território forças terrestres, naturalmente também meios aéreos, e prevemos ter nas águas de Timor meios navais, tudo com o objectivo de colaborar intimamente em todo o processo de restabelecimento da paz e da segurança.

Houve algum momento na crise, ou fase mais aguda, em que pensou que não ia conseguir chegar onde chegou?

O momento decisivo, o momento mais angustiante para mim foi aquele em que eu vi o secretário da Defesa norte-americano Richard Cohen, fazer as afirmações que fez. Foi aí que nós mobilizamos todos os meios, todos os argumentos no sentido de conseguir uma posição clara dos Estados Unidos a favor da causa timorense e que se constituísse numa pressão que criaria um rolo compressor ao qual a Indonésia não poderia resistir. Foram 48 horas vitais.

Naquelas 24 horas antes do referendo não vacilou?

É a decisão mais angustiante que foi tomada, em conjunto, aliás, e em concertação entre todos. Mas tínhamos consciência que não havia nenhuma razão para que, não havendo referendo, a situação pudesse melhorar. Qualquer novo adiamento seria um estímulo para novas perturbações, uma vez que era cada vez mais claro que havia crescentemente na Indonésia forças interessadas em impedir o processo. E portanto, garantir uma nova legitimidade, que só um acto eleitoral, nes-

se caso o referendário, pode garantir, era indispensável. Há um momento semelhante na vida portuguesa a seguir ao 25 de Abril, que foi a garantia de que houvesse eleições em 1975. Recordo-me de uma discussão extremamente difícil na direcção do PS, na altura em que a maioria das pessoas defendia uma ruptura com o movimento das Forças Armadas, então numa posição muito radical. Lembro-me que foi Salgado Zenha que disse: «Até haver eleições não pode haver rotura. É preciso engolir tudo o que for preciso para que haja eleições. Porque as eleições criam uma legitimidade nova e a partir de aí tudo será diferente». Essa imagem ficou gravada para sempre na minha vida política. Na altura, ele estava sozinho no início, e durante a reunião foi virando todos os elementos da direcção do PS. E essa imagem ficou para mim gravada e de alguma forma esteve muito presente naqueles dias fatais: a consciência de que haver um referendo era a criação de um facto novo. E penso que os factos assim o justificam. Era a garantia da irreversibilidade da independência de Timor Leste.

Nunca teve dúvidas?

Dúvidas, com certeza que sim. A angústia era enorme, mas é nesses momentos que tem que se tomar decisões com os dados de que se dispõe, e essas decisões têm sempre um coeficiente de incerteza inevitável.

Em que medida é que acha que Timor vai influenciar as eleições?

Não creio que tenha uma influência decisiva. Aliás, se avaliarmos pelas sondagens, antes e depois da crise de Timor, os valores são muito semelhantes. O que quer dizer que as pessoas distinguem as coisas: uma coisa é a questão de Timor, que é uma questão de todos os portugueses, ou pelo menos deveria ser, e outra coisa

são as escolhas que as pessoas vão fazer e essas têm muito a ver com o seu nível de vida futuro, com a sua garantia de emprego, com as suas perspectivas para a saúde, ou educação dos filhos, ou a segurança nas ruas. É isso que vai determinar o voto dos portugueses.

O líder do PSD tem já dito várias vezes que esta situação de Timor está a baralhar as eleições legislativas. Não teme que os partidos que perderem possam invocar a situação de Timor como causa da derrota?

A partir do momento em que não se vê qualquer evolução nas sondagens desde o início, não acho que alguém esteja a ser particularmente prejudicado ou beneficiado em termos eleitorais, com a questão de Timor. A questão é, de facto, uma questão nacional, e eu creio que o que esta questão alterou, isso sim, foi o grau de consciência política, ou da importância da política para os portugueses. Numa sociedade em que, inevitavelmente, as pessoas tendem a concentrar-se nos valores materiais, nas suas preocupações quotidianas, no seu próprio bem estar, de repente há um sobressalto cívico, e as pessoas sentem que há valores e que há princípios que são universais e pelos quais vale a pena as pessoas baterem-se.

Surpreendeu-o a mobilização de portugueses?

A dimensão da mobilização, sinceramente, ultrapassou tudo quanto eu podia supor possível e foi uma surpresa extremamente estimulante. Eu acho que todos nós nos zangamos com a política todos os dias e nos reconciliamos com ela todos os dias. Mas devo dizer que o descobrir que existe no povo português tanta energia mobilizável para a solidariedade é algo que, para quem faz da vida política, de alguma forma, uma das razões de ser essenciais da sua própria vida, é algo de profundamente reconfortante.

E a sociedade civil arrastou, inclusivamente, os partidos ...

Eu penso que houve aqui um papel muito importante da comunicação social, mas, o que foi, de facto, para mim espantoso foi o terem surgidos dos mais diversos sectores da sociedade civil movimentos, com perspectivas que, do ponto de vista político, do ponto de vista ideológico, do ponto de vista cultural, eram muitas vezes completamente antagónicas e que podiam conviver nas mesmas situações, nas mesmas manifestações, sem qualquer contradição entre si. Acho que, desde os movimentos de extrema esquerda a sectores muito conservadores, todos estiveram unidos e convivendo uns com os outros como, porventura, não teria sido possível.

Continua na página seguinte

Continuação

sível em nenhuma outra circunstância em Portugal.

Acredita na maioria absoluta?

É uma pergunta que não me ponho a mim próprio. Só saberei responder a essa pergunta no dia seguinte às eleições, ou no dia das eleições. É evidente que em circunstâncias normais é natural que haja governos de maioria absoluta. Eu, aliás, mesmo quando estava na oposição, eu próprio nunca critiquei a existência de governos de maioria absoluta. Podia criticar o governo anterior, mas não criticava a fórmula, ao contrário de muitos outros políticos portugueses, que entendiam que a fórmula em si é má. Não creio que o seja, desde que o sistema democrático esteja suficientemente protegido e a cultura democrática esteja suficientemente enraizada. E é evidente, com maioria absoluta há muito maior capacidade para tomar medidas, para realizar reformas, para afrontar corporações, para realizar todo um conjunto de coisas. É indiscutível que o não ter maioria absoluta cria situações de auto-limitação muito fortes. Se os portugueses entenderem que o PS deve ter maioria absoluta, acho que devemos aproveitar isso no sentido de dar um impulso, tão forte quanto possível, a um conjunto de reformas que, de outra forma, serão muito mais difíceis de executar. Mas respeitando sempre os direitos dos cidadãos, os direitos da oposição e, porventura, até reforçando mecanismos de diálogo e concertação para evitar qualquer tentação de abuso de poder.

Diz que algumas das reformas não se fizeram porque havia uma maioria relativa. Isso significa que se essa maioria relativa se mantiver, não vai haver reformas?

As reformas não são um momento, são um processo. Eu tenho uma visão, hoje, muito anglo-saxónica acerca das coisas. Normalmente em Portugal pensa-se que quando se faz uma Lei-Quadro se faz uma reforma. Não é verdade. As reformas fazem-se por um lento acumular de passos que são dados e que mudam progressivamente os sistemas e as mentalidades. Agora, é indiscutível que há alguns momentos de ruptura, que são indispensáveis, e esses momentos de ruptura exigem um mínimo de consenso na sociedade para terem resultado.

Independentemente de haver maioria absoluta?

Como é óbvio, tendo a maioria absoluta, tem-se a capacidade de comandar um processo com outra dinâmica. Com uma maioria relativa está-se sujeito à acção conjugada das pressões corporativas com os interesses próprios dos partidos da oposição. E é tradicional, quando se tenta ofender o interesse corporativo numa reforma, que esse interesse corporativo imediatamente procure congregar toda a oposição em seu torno. É um dado da vida política. Todos sabemos que é assim.

Se ganhar as eleições, vai manter a mesma estrutura do Governo?

É possível que haja algumas alterações,



que a experiência ensina algumas coisas. O problema da estrutura do governo é cada vez mais complexo porque tudo é cada vez mais horizontal. Hoje não é possível governar sectorialmente e, cada vez mais, tem que se governar com objectivos que congregam várias áreas. A política social, hoje, tem que se congrega em torno da família: as creches para as crianças, mas também o apoio domiciliário para os idosos, mas também o apoio aos toxicodependentes... Tudo isto, no fundo, é vivido no seio de uma família e é normal que as políticas se orientem para a família. Isto implica duas coisas: em primeiro lugar implica mecanismos de coordenação horizontal ao nível dos governos, que não são tradicionais, e uma prática de cooperação entre os diversos ministérios, que por vezes é muito difícil de conseguir ao nível da administração, independentemente de rearranjos orgânico. Mas implica uma outra coisa, que é, do meu ponto de vista, decisiva: associar a sociedade civil à realização das políticas. É uma reforma completa no relacionamento, ou se quisermos, até, uma revolução completa no relacionamento entre o governo e a sociedade civil.

Mas isso vai já ver-se no próximo governo, esse tipo de estrutura



mais adequada a essas necessidades?

A estrutura do Governo tem que adaptar-se a isso. Agora, há uma grande arbitrariedade nas escolhas possíveis. Também não podemos organizar um Governo apenas em torno de objectivos, porque, senão, depois cria-se uma situação completamente caótica na execução das políticas. É necessário, porventura, em alguns domínios, agrupar determinadas áreas sob o mesmo comando político, noutros criar elementos de coordenação e em outros estabelecer tipos de missão com finalidades precisas ou agências com autonomia suficiente para realizarem determinadas acções que escapam à lógica normal de funcionamento dos Ministérios. A cena das agências tem sido muito experimentada em Inglaterra e vale a pena estudar essas experiências porque tem casos de êxito e tem casos de fracasso.

Há uma área que, nos interessa particularmente, que é a questão da Internet, uma das «prioridades transversais» da sua propaganda. Essa prioridade surgiu de que necessidade?

Quando hoje ouvimos os programas políticos dos partidos, em particular dos da oposição, verificamos que esses progra-

mas se orientam em torno, porventura, por necessidade de marketing, em torno de apresentar determinados objectivos quantificados: determinados valores para prestações sociais, ou determinados valores para reduções fiscais, ou determinados valores para taxas de crescimento económico. Do meu ponto de vista, a questão essencial do nosso atraso é estrutural e qualitativo. Não é pelo facto de termos um índice de crescimento económico ligeiramente superior, que se ele se basear nos mesmos factores de produtividade e nos mesmos níveis de qualificação, vamos recuperar o nosso atraso. Nós recuperamos o nosso atraso se formos capazes de queimar etapas no domínio do qualitativo. Isso passa, hoje, de uma forma decisiva, pela qualificação das pessoas e pela qualidade das organizações, a começar pela própria administração pública.

Como o exemplo irlandês...

Sim, embora este com todas as vantagens inerentes de ser um país de língua inglesa de ter uma forte comunidade nos Estados Unidos. Ora, nesse sentido, é para mim evidente que a questão central para a nossa capacidade de competir dentro de 10 ou 20 anos está em garantirmos à população portuguesa e às estruturas que compõem a nossa sociedade - o Estado, as empresas, as escolas, as diversas associações da sociedade civil -, uma completa integração no mundo das tecnologias da informação e a sua articulação com as redes existentes, onde, hoje, a Internet tem um papel absolutamente preliminar. Isso implica um enorme esforço de investimento nas pessoas. Daí a ideia de que todos os estudantes têm que sair do ensino básico com um diploma de qualificações mínimas no domínio da informática e da capacidade de manipulação dos computadores e acesso à Internet. A mesma coisa nos cursos de formação profissional, nomeadamente nos cursos de formação profissional ao longo da vida, para que as pessoas possam reciclar ao longo da vida, tendo essa capacidade. Depois há o problema de gestão das redes. A gestão das redes ainda hoje não é feita em termos de otimizar os investimentos já realizados, quer em fibra óptica, quer em equipamentos, e em criar tarifários que sejam os mais estimulantes para que a informação circule e para que tiremos o máximo partido destas capacidades. Depois há o próprio investimento, quer nos conteúdos em Português na Internet, que são reduzidíssimos (a nossa proposta é multiplicá-los por mil, muito à custa de um grande esforço da própria administração pública, que deve maciçamente colocar os seus conteúdos na Internet), quer ao nível da democratização do endereço electrónico para as pessoas. O nosso objectivo é atingir rapidamente o milhão. Pensamos que isso é perfeitamente compatível utilizando as redes já existentes: escolas; Juntas de Freguesia; rede de leitura pública, e utilizando os C.T.T.

Mas o Governo vai intervir de alguma forma no preço dos telefones, computadores, etc.?

Essa é outra questão decisiva, como digo, são os tarifários. E um outro objectivo é

multiplicar por quatro o número de computadores familiares ligados à Internet. O que nós estamos a sentir é que a partir do momento em que um Governo define uma estratégia clara neste sentido são as próprias empresas que compreendem que têm toda a vantagem, percebendo que vai haver volumes de investimento significativos, em apresentar-se com propostas extremamente competitivas. Desde que eu próprio introduzi num discurso, salvo erro num congresso do PS, este tema como objectivo central da próxima legislatura, temos ficado surpreendidos com o facto de, sobretudo junto do ministro da Ciência e do ministro do Equipamento, se terem aproximado de nós as mais diversas empresas nacionais e internacionais, no sentido de fornecer um conjunto de serviços, e de o fornecer em termos extremamente atractivos, até para garantir uma presença no mercado. Depois, naturalmente, aproveitarem esse facto no futuro. Ou seja, estou convencido de que o investimento real que isto vai exigir pode ser muito mais barato, muito menor do que se pensa, e mais, que as empresas irão ter uma multiplicação dos seus volumes de vendas que lhes permitirão ter tarifas, de facto, extremamente baixas. Aliás, a apetência de Portugal para coisas ligadas ao moderno ficou bem visível com o que foi o êxito dos telemóveis. Bem sei que os telemóveis têm a ver com uma actividade mais tradicional, que é falar ao telefone, mas há aqui uma apetência de modernidade para a qual eu estou inteiramente convencido que Portugal está preparado.

Os últimos quatro anos correram bem do ponto de vista económico. Portugal entrou no euro, cumpriu os objectivos a que se propôs. As previsões não apontam para que os próximos quatro anos sejam assim tão bons. Neste momento recia-se que os Estados Unidos sejam vítimas do seu próprio sucesso. As suas previsões são de que a economia continue bem?

É necessário dizer que nos últimos quatro anos nós não tivemos na Europa uma situação económica excepcionalmente favorável. Quando começamos, a situação era mesmo particularmente preocupante em 96. Depois as coisas melhoraram significativamente em 1997 e na transição de 98 para 99 houve um patinar de algumas economias europeias muito preocupante: a alemã, a inglesa, a italiana, e portanto, a situação na Europa não tem sido tão favorável como tem sido nos Estados Unidos. E temos uma enorme dependência das nossas exportações em relação à Europa. A margem de manobra que nos advém de estar no euro permitiu-nos manter uma procura interna que, em grande medida, compensou durante este período a deficiência da procura externa decorrente de um ritmo de crescimento europeu muito menor do que seria desejável. É evidente que esta margem de manobra não é uma margem de manobra que possa utilizar-se por um tempo excessivo. Portanto, a nossa aposta é no sentido de que a Europa reencontre um ritmo de crescimento económico mais elevado a partir de 2000. Se assim acontecer penso que não enfrentaremos



qualquer dificuldade particularmente sensível. Por outro lado, os Estados Unidos têm uma grande vantagem que faz com que hoje seja muito difícil analisar a economia americana à luz das teorias económicas tradicionais, que é o papel excepcional da inovação que rompe com a lógica tradicional dos ciclos económicos. A capacidade de incorporar a inovação no processo produtivo e de serviços dos Estados Unidos faz com que a lógica tradicional dos ciclos económicos seja, em grande medida, posta em causa. Portanto, tenho uma grande expectativa favorável em relação ainda à evolução da economia americana, e tenho a esperança de que a economia europeia possa reencontrar um caminho de maior crescimento sobretudo se os alemães vierem a confirmar as expectativas de melhoria da sua situação e se os ingleses ultrapassarem a lentidão actual do seu processo de crescimento. Se isso acontecer penso que Portugal poderá prosseguir sem grandes sobressaltos o caminho que desenvolveu até agora. As privatizações não tiveram um papel decisivo. Foram muito importantes como factor de confiança e de credibilidade, e para reduzir a dívida pública, mas as privatizações não serviram de receita orçamental. Nós tivemos foi uma queda brutal da dívida pública em cerca de 9

pontos do PIB graças às privatizações, o que é um investimento no futuro, digamos assim.

E houve a baixa das taxas de juro...

Agora as nossas taxas de juros passaram a ser as taxas europeias. Quando se fala hoje no perigo da subida de taxas de juro, é um perigo à volta de 0,25 ou 0,5 pontos percentuais. Eu lembro-me quando as taxas de juro subiam 5 e 10 pontos. Mas penso que devemos encarar as coisas com prudência. E uma das razões, aliás, porque não apresentamos propostas quantificadas, sobretudo propostas quantificadas para tudo - isto é, baixar os impostos tanto, aumentar as pensões tanto, aumentar os subsídios tanto -, é porque entendemos que não há, neste momento, condições de previsibilidade dos ritmos de crescimento nos próximos quatro anos que possam permitir a um Governo, honestamente, comprometer-se com valores fixos de aumento das prestações sociais, de aumento dos subsídios às mais diversas actividades e da redução de determinados impostos. Podemos apontar qual a tendência, qual o sentido, qual a lógica. Agora, dizer que vamos conseguir determinados objectivos quantificados, com o nível de incerteza que neste momento existe ao nível da economia europeia,

apesar de tudo, parece-nos impossível. E, portanto, dizer: "Vamos aumentar 1% na Educação, 1% na Saúde, aumentar as reformas para o dobro, reduzir os impostos para 10%, bem, tudo isto, do meu ponto de vista, é pura fantasia. Poderá acontecer ou não, tudo depende de termos um bambúrio de sorte e, de repente, começar a correr tudo magnificamente na economia internacional ou, obviamente, tudo isto cai pela base se, pelo menos, vierem a existir algumas dificuldades na economia internacional, como é previsível que, apesar de tudo aconteça.

Acha que faz sentido manter a CGD com o actual estatuto?

Eu não tenho em relação às privatizações uma posição ideológica. As privatizações são, do meu ponto de vista, um instrumento de política económica. Estou particularmente à vontade porque o Governo a que presidi privatizou em quatro anos, salvo erro, duas vezes o que tinha sido privatizado nos Governos anteriores. E, portanto, entendo que é normal e é, em princípio, desejável, que as actividades de natureza produtiva e a generalidade dos serviços sejam privatizados. Nos entrámos mesmo por áreas onde, tradicionalmente, era impensável privatizar, quando estamos constantemente a fazer concessões privadas para auto-estradas sem portagem ou quando estamos a levar a privatização dos portos ao nível ao nível a que estamos a levar. Agora, isso não quer dizer que em certos momentos não possa ser útil ter um instrumento nas mãos do Estado. A minha convicção, face ao que está a acontecer neste momento, a evolução muito rápida do sistema financeiro internacional e as suas implicações no sistema financeiro português, é que devemos ser muito prudentes em relação a qualquer perspectiva de privatização da CGD, e, por isso, não faz parte do nosso programa eleitoral a privatização da CGD. Isso não quer dizer que eu considere que ter a CGD nas mãos do Estado seja uma questão de princípio. Não é nada disso. É, digamos, a ideia que tenho que é prudente neste momento não abrir mão desse instrumento, até para o poder, eventualmente, utilizar num certo momento, em circunstâncias que eu não sou capaz de prever neste instante.

Relativamente à prudência com o sistema financeiro... Portugal não conseguiu explicar bem em Bruxelas a prudência que teve em relação à troca de participações Champalimaud - Santander. Há um choque permanente entre Lisboa e Bruxelas. Porquê?

É para isso que existem instituições, é para resolver esses choques, mas há de facto, do nosso ponto de vista, uma acção que tem a ver com a forma como interpretamos a legislação portuguesa e as regras prudenciais correspondentes e, eventualmente, haverá por parte de Bruxelas uma maior preocupação em garantir uma ortodoxia absoluta nas regras do mercado interno. Bem, essa questão, se não vier a haver um entendimento, que espero que venha a haver entretanto, será dirimida nos órgãos próprios da União Europeia.

Continua na página seguinte



Continuação

O que vai fazer no futuro em relação à RTP, RDP e TAP? Acha que é possível manter-se os buracos financeiros nessas empresas?

A situação da TAP é uma situação perfeitamente específica. O Estado não poderá lá pôr nem mais um tostão a partir de agora, isso é claro. A minha ideia é que o futuro da TAP não tem dimensão para viver sozinho no mercado mundial, tal como ele existe. É necessário integrar-se num grupo. Do ponto de vista do Governo a integração no grupo Qualiflyer – de que a Swissair é líder – é a opção mais óbvia. Isso passa por um processo de privatização da própria TAP em que a Swissair tenha uma participação qualificada e em que a privatização, depois, possa ser levada tão longe quanto possível. Portanto, em relação a isso não tenho qualquer espécie de dúvidas. No que diz respeito à RTP e à RDP, são dois problemas diferentes. A RDP neste momento tem uma vida, digamos, tranquila e normal, não é um problema de que se fale. A RTP, do meu ponto de vista, tem um problema muito sério de reorganização, reestruturação e saneamento financeiro e, devo dizer com clareza, que essa foi, porventura, uma das áreas em que fomos excessivamente tímidos durante este mandato. Acho que no próximo mandato a RTP é um problema que tem que ser encarado com mais determinação.

Se ganhar as eleições e formar Governo, vai manter o Procurador-Geral da República?

Devo dizer que nunca analisei o problema da justiça em Portugal como um problema de fulanização. Tenho em relação ao Sr. Procurador-Geral da República consideração, estima, e entendo que ele tem servido o país com dignidade. E, portanto, o problema, para mim, não é um problema de confiança no Procurador.

Qual é então?

Acho que o grande problema da justiça em



Portugal é que ela está organizada de tal forma que é muito difícil que funcione. Tem, em meu entender, sobretudo a ver com três questões, e são essas três questões que eu gostaria de poder mudar no próximo mandato, até porque mudar o Procurador não altera nada em relação a estas três questões que são decisivas. A primeira, como é natural, após uma ditadura houve uma lógica dos constitucionalistas e dos legisladores de criar um sistema extremamente garantístico na defesa dos direitos dos cidadãos na Justiça. O sistema é tão garantístico que permite todos os abusos de adiamentos de recursos, os mais variados, os mais diversos, que faz que quem tenha meios que possa dispor de um bom advogado é praticamente impossível ser condenado e prescrevem sempre as suas penas. Quem as não tem, esses sim, coitados, vão parar à cadeia quando prevaricam. É evidente que não podemos sair daqui para um sistema em que desapareçam garantias e direitos fundamentais, mas, é óbvio, que há possibilidades de recursos a mais, possibilidades de adiamentos a mais, e tem que haver formas muito mais rápidas e expeditas de condu-

zir os processos. Há aqui uma questão de processo que é indispensável reformar. Nós tentámos melhorar. O Código do Processo Penal foi, apesar de tudo, aperfeiçoado no sentido da rapidez na última legislatura, embora com grandes resistências na altura do PSD e do PP. É possível mudá-lo com o voto do PCP, mas é manifestamente insuficiente. O sistema continua excessivamente garantístico. Depois há um problema de excessiva corporativização do sistema, visto que tudo é totalmente independente e totalmente autónomo, o que faz com que as capacidades de intervenção de, por exemplo, do Governo sejam extremamente reduzidas, e, por outro lado, a tendência para poder haver conflitos seja muito grande. E finalmente o terceiro problema (e isto agora tem a ver com as questões de eficácia da investigação), hoje segue-se um estrito critério de legalidade. Eu penso que esse critério de legalidade tem que ser combinado com o critério de oportunidade, o que não quer dizer que seja o Governo a definir essa oportunidade (não me importo nada que isso seja feito no interior do próprio sistema judicial), mas no sentido de

serem tipificadas as formas de crime, sobretudo crime organizado, que têm que merecer maior prioridade na investigação. Senão, estamos a investigar da mesma maneira cheques sem cobertura e gangs organizados no tráfico de droga e, manifestamente, isso traduz-se numa protecção às formas de crime mais perigosas e graves da sociedade.

Há a sensação de que as grandes vitórias na União Europeia não foram de Portugal mas primeiro-ministro português, em questões básicas, como nas últimas reformas. Como é vai ser a presidência portuguesa da UE? Vai ser centrada no primeiro-ministro?

Não, não, não. Eu devo dizer em primeiro lugar que houve um trabalho de equipa total envolvendo, evidentemente o primeiro-ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, os vários ministérios sectoriais, a diplomacia portuguesa, a própria sociedade civil, que desempenhou aqui um papel, o Parlamento Europeu, em que as forças políticas actuaram de forma convergente nas questões essenciais. Acho que Portugal agiu na Europa com uma grande consistência. É evidente que na política, hoje, as funções pessoais são muito mais determinantes do que eram há 20 anos. Há 20 anos a diplomacia seguia os seus canais. Hoje pega-se num telemóvel e fala-se com o primeiro-ministro ou com o Presidente e isso às vezes muda as coisas de um momento para o outro. Não escondo que, na medida em que isso for útil, a capacidade de relacionamento pessoal que tenho está ao serviço do país e esteve ao serviço do país durante estes quatro anos. A próxima presidência da União Europeia vai ser uma presidência em que eu me limitarei a desempenhar o papel que me compete. E esse procurarei fazê-lo o melhor possível, se for, entretanto, eleito primeiro-ministro, coisa que ainda está por determinar, visto que só depois das eleições é que se sabe.

*In entrevista ao «Diário Digital», 24 de Setembro de 1999 (www.diariodigital.pt), por Deolinda Almeida e Luís Delgado



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

A nova sede da Liga Portuguesa de Futebol Profissional foi inaugurada, no passado dia 23, pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, numa cerimónia realizada no Porto.



Para o presidente da Liga de Clubes, Valentim Loureiro, o novo espaço que concentra os serviços da Liga, construído em tempo recorde e totalmente pago, «dignifica o futebol português» e constituiu um «campo de trabalho digno para todos os clubes associados».

O auditório do edifício, construído em apenas sete meses e concluído três meses antes do prazo dado pelo presidente da Liga, foi pequeno para acolher as várias dezenas de convidados para a sessão, apesar da ausência notada de representantes do Futebol Clube do Porto e do Benfica.

A Câmara do Porto, parceiro importante na concretização da construção da sede, juntamente com o Governo, esteve representada pelo presidente em exercício Nuno Cardoso, dado o camarada Fernando Gomes, enquanto candidato, não poder desempenhar as suas funções.

PLANEAMENTO

Garantir o desenvolvimento das regiões, afirmar a valia geoestratégica do País, investir nas actividades do futuro, elevar a qualificação dos portugueses e promover o emprego e a coesão social são as prioridades do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), a nova grande aposta do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

Conforme anunciou o ministro João Cravinho, na passada sexta-feira, dia 24, em Lisboa, o PDR vai gerar investimentos no valor de dez mil milhões de contos, no período entre 2000 e 2006, um montante que visa recuperar o atraso estrutural de uma geração.

Segundo o governante, a regionalização do PDR atribui a fatia mais grossa do investimento ao Norte (3 270 milhões de contos), sendo seguido pelo Centro, que irá receber 1 815 milhões.

Os Açores e as Madeira são as regiões em que o financiamento será menor (cerca de 400 milhões).

No que respeita às estimativas do Executivo quanto à taxa de desemprego (4,75 por cento), Cravinho declarou ser uma previsão prudente, que gostaria «de ver melhorada».

O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território acrescentou que mantém a esperança de Portugal atingir as taxas de crescimento da Irlanda, apesar de tal não acontecer nos próximos quatro anos, pois o País «ainda tem de fazer a convergência pela produtividade em muitos sectores».

No decorrer da apresentação do PDR, o João Cravinho revelou que tem mantido alguns contactos com a Comissão Europeia, prevendo que, até ao final de Outubro, o financiamento seja entregue.

FINANÇAS

«O défice do Sector Público Administrativo (SPA) passou de 5,7 por cento do PIB em 1995 para 1,8 por cento em 1999», afirmou, no dia 22, o ministro das Finanças, considerando que houve «uma efectiva consolidação orçamental ao longo desta legislatura».

Sousa Franco falava na apresentação da «Síntese Financeira das Contas do Estado», em Lisboa, tendo frisado que nesta legislatura se verificou «uma redução do défice global de 3,9 pontos percentuais do PIB».

No documento distribuído à imprensa revela-se que o excedente primário (diferença entre a despesa e a receita sem juros) esteve em crescimento contínuo desde 1994 até 1997, subindo nesse período de 0,1 por cento do PIB para 1,7 por cento, tendo caído meio ponto percentual em 1998 e prevendo-se para este ano uma ligeira recuperação, para 1,4 por cento.

O saldo primário é considerado tecnicamente na actual conjuntura portuguesa como um indicador especialmente adequado para medir a consolidação orçamental, uma vez que exclui o efeito dos juros na diferença entre o valor da receita e da despesa.

As taxas de juro a que remuneram a dívida pública, determinadas pelo mercado, sofreram fortes reduções na medida em que, nos anos recentes, se foi consolidando a percepção de que Portugal integraria o primeiro pelotão da moeda única.

O saldo primário, a realizar-se a previsão do Governo para este ano, estará em 1999 a um nível mais baixo do que estava em 1996 (1,5 por cento).

Na VII legislatura (1995/99), as despesas totais do SPA subiram de 46,4 para 47,4 por cento do PIB.

As despesas correntes em percentagem do PIB, que desceram ligeiramente entre 1995 e 1998 (de 40,8 para 39,7 por cento), deverão voltar a aumentar este ano, para 40,4 por cento.

As despesas de capital subiram ao longo da legislatura de 5,7 para 7 por cento do PIB.

O crescimento das despesas correntes primárias, que é contínuo desde 1994, resulta nesta legislatura, refere o documento, da «opção política» pelas áreas sociais, pelo reforço de medidas activas de emprego e pelo aumento da despesa em pensões e reformas a funcionários públicos.

A evolução mais significativa dos dados orçamentais ao longo da legislatura foi a da receita.

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, participou, no dia 24, em Sintra, na cerimónia de oficialização de um protocolo assinado na área dos audiovisuais, no mesmo dia, entre a edilidade sintrense e o Instituto Português da Juventude.



Assim, os jovens do concelho de Sintra podem já inscrever-se em cursos de audiovisuais ministrados na Casa da Juventude, na Tapada das Mercês, no âmbito do referido protocolo.

Miguel Fontes considerou «essencial» a criação de mais espaços para os jovens a nível nacional, passíveis de serem financiados com verbas do III Quadro Comunitário de Apoio.

Os cursos têm a duração de um mês, em horário pós-laboral, e não são exigidas habilitações literárias mínimas aos candidatos. O preço é de 12 500

escudos e de 11 250 para os portadores de cartão jovem.

A Câmara de Sintra disponibilizou uma sala na Casa da Juventude e o equipamento foi instalado pelo IPJ. O número de alunos é de 10 a 15 por cada curso e as áreas a ser abordadas vão desde o vídeo ao cinema, incluindo noções de produção, iluminação e som.

Por ano serão ministrados dois cursos, no mínimo, divididos em dois níveis: o módulo I, com início a 18 de Outubro deste ano, e o módulo II, que começa a 10 de Janeiro de 2000.

A presidente da autarquia, Edite Estrela salientou a importância deste protocolo num concelho com cerca de cem mil jovens com menos de 15 anos, o que justifica também «o futuro alargamento do horário de funcionamento da Casa da Juventude para responder melhor às necessidades dos mais novos».

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, recebeu, no dia 24, em Lisboa, o Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria da Madeira, para tentar alcançar um acordo sobre o despedimento colectivo ocorrido há quatro anos no Hotel Atlantis.

Os trabalhadores do Hotel Atlantis foram despedidos há cerca de quatro anos pelo Grupo Grão-Pará, estando a sua situação laboral ainda por resolver.

Depois de firmar um acordo global com o Grupo Grão-Pará, o Governo decidiu mediar o conflito e - segundo adiantou à Comunicação Social fonte do gabinete de Vítor Neto - comprometeu-se a pagar as indemnizações aos desempregados.

DESTAQUE - CM

Habitação e construção

CONSELHOS CULTURAIS PARA COOPERATIVAS

O Conselho de Ministros aprovou, na reunião do dia 23, o novo regime jurídico das cooperativas do ramo da habitação e construção.

O diploma vem adaptar o quadro legal vigente há já quase duas décadas, ao Código Cooperativo, entretanto aprovado pela Lei n.º 51/96, de 7 de Setembro, bem como às alterações que este posteriormente sofreu em virtude da substituição do escudo pelo euro, através dos decretos-lei n.º 343/98, de 6 de Novembro e 131/99, de 21 de Abril.

Foi também necessário adequar o regime jurídico das cooperativas do ramo da habitação e construção às actuais preocupações que envolvem a sua actividade, criando mecanismos que melhor fomentem a participação dos cooperadores na vida e actividades da cooperativa e que permitam uma maior transparência na sua vida empresarial.

Em termos objectivos, o novo regime consagra três inovações significativas.

Assim, o regime específico das cooperativas de habitação e construção deixa de conter qualquer norma relativa ao montante mínimo do capital social das cooperativas do ramo, passando, nessa medida, a aplicar-se o disposto no artigo 18.º n.º 2 do Código Cooperativo, que o fixa em 2 500 euros.

Visando garantir uma maior transparência no exercício da actividade cooperativa, estabelece-se, no artigo 10.º, a obrigatoriedade de certificação legal das contas, sempre que verificados determinados requisitos.

Por último, e para incrementar a participação dos cooperadores na vida e actividade da cooperativa, consagra-se a possibilidade dos estatutos das mesmas previrem a existência de um Conselho Cultural, que poderá ter competências delegadas pela direcção da cooperativa para o planeamento, promoção e execução das acções de dinamização associativa e de educação e formação cooperativas.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 23 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que cria a Turiscosta, SA - Sociedade de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada;
- Um decreto-lei que cria um regime de crédito bonificado aos estudantes do ensino superior;
- Um decreto-lei que procede à definição do estatuto do pessoal que integra a Missão Humanitária Timor'99;
- Um decreto-lei que fixa o regime jurídico da avaliação de impactes ambientais, transpondo para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa a esta matéria;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico das cooperativas do ramo da habitação e construção;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas;
- Um decreto-lei que cria o Instituto de Gestão do Património do Estado (IGEPE) e estabelece os respectivos estatutos;
- Um decreto-lei que cria a sociedade Veículos ao Serviço do Estado, SA fixando os respectivos estatutos;
- Um decreto-lei que reorganiza a gestão do património financeiro titulado e a gestão do património imobiliário do Estado através da criação das sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos Sagepública, SGPS, SA; Sagempresas, SA e Sagestamo, SA;
- Um decreto-lei que altera o Código do Registo Predial;
- Um diploma que altera o regime e a definição das concessões designadas por IC16 / IC30, IC24 e IC3 Baixo Tejo que constam do decreto-lei n.º 119-B/99, de 14 de Abril, e define duas novas concessões designadas por IC36 e IC12;
- Um decreto-lei que estabelece a alienação da totalidade do capital social da Dragapor - Dragagens de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que regula o pagamento voluntário de contribuições previsto no n.º 5 do artigo 38º-A do decreto-lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, na redacção dada pelo decreto-lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro, para efeitos de acréscimo do montante da pensão;
- Um diploma que altera o decreto-lei que permite a contagem de tempo de serviço militar obrigatório prestado em condições especiais de dificuldade ou de perigo por parte de beneficiários do sistema de segurança social, para efeitos de bonificação de pensão;
- Um decreto-lei que define o Estatuto do Pessoal da Polícia de Segurança Pública;
- Um decreto-lei que estabelece o regime remuneratório aplicável aos oficiais, sargentes e praças da Guarda Nacional Republicana;
- Um decreto-lei que estabelece a obrigatoriedade de elo económico entre as embarcações e o país detentor das quotas por aquelas capturadas;
- Um decreto-lei que fixa o Estatuto da Região Vitivinícola da Beira Interior;
- Um decreto-lei que consagra o Estatuto da Região Vitivinícola da Távora-Varosa;
- Um decreto-lei que altera os Estatutos da região Demarcada dos Vinhos Verdes;
- Um decreto-lei que regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna;
- Um diploma que altera o decreto-lei relativo aos problemas sanitários e de polícia sanitária referentes ao abate de caça selvagem e à colocação no mercado das respectivas carnes;
- Um diploma que altera o decreto-lei que adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos da pesca destinados ao consumo humano;
- Um decreto-lei que fixa os objectivos de qualidade para determinadas substâncias perigosas incluídas nas famílias ou grupos de substâncias perigosas previstas da lista II do anexo XIX ao decreto-lei n.º 236/98, de 1 de Agosto;
- Um decreto-lei que cria o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) no Instituto Nacional de Administração (INA);
- Um decreto-lei que procede à adaptação à administração local da lei que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central e Local do Estado, bem como, com as necessárias adaptações, dos institutos personalizados ou de fundos públicos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que extinguiu a JAE e a JAE Construção, SA, e criou em sua substituição o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR);
- Um diploma que altera o artigo 31º do decreto-lei que aprovou os Estatutos do Instituto Nacional de Estatística;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabeleceu a orgânica da Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema;
- Um diploma que altera o decreto-lei que fixou a lei orgânica do Instituto de Gestão das Lojas do Cidadão;
- Um decreto-lei que altera o Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo;
- Um decreto-lei que procede à codificação do regime dos impostos especiais de consumo incidentes sobre o álcool e as bebidas alcoólicas sobre os produtos petrolíferos e sobre os tabacos manufacturados;
- Um decreto regulamentar que regulamenta a aplicação de um decreto-lei às carreiras com designações específicas do quadro de pessoal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

DESTAQUE - CM

Solidariedade

MISSÃO HUMANITÁRIA TIMOR'99

O Executivo socialista aprovou, no dia 23, um decreto-lei que procede à definição do estatuto do pessoal que integra a Missão Humanitária Timor'99, em grande parte já em funções.

O pessoal necessário ao desempenho da missão pode ser requisitado pelo comissário para o apoio à transição em Timor-Leste, pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e pelo Serviço Nacional de Bombeiros, por um período máximo de 120 dias, a organismos públicos e empresas privadas, devendo no caso de entidades privadas obter a concordância da entidade patronal.

As empresas privadas são ressarcidas pelas entidades requisitantes de todas as despesas havidas com o trabalhador durante o período em que este se mantenha requisitado.

Assim, trabalhador não pode ser prejudicado na sua relação laboral, designadamente na sua carreira, mantendo todos os seus direitos e regalias, por motivo da requisição.

Por outro lado, a requisição suspende os



prazos de cariz laboral ou académico, nomeadamente o termo do contrato de trabalho ou a prestação de provas académicas, sendo o respectivo tempo de duração contado como tempo de serviço efectivo.

Durante a missão o pessoal que a integra tem direito ao respectivo vencimento, a alimentação e alojamento, a seguro de vida e de acidentes pessoais, e a um suplemento de missão humanitária, fixado por portaria conjunta dos ministros da Administração Interna e das Finanças, cuja atribuição exclui o direito a receber ajudas de custo previstas para deslocações ao e no estrangeiro.

DESTAQUE - CM

Impactes ambientais

MULTAS PESADAS PARA INFRACTORES

O Executivo PS deu luz verde ao regime jurídico de avaliação de impactes ambientais, transpondo para a ordem jurídica interna as respectivas directivas comunitárias.

Volvidos que são cerca de 11 anos sobre o início da realização de estudos de impacto ambiental em Portugal e, cerca de nove sobre a publicação da legislação actualmente em vigor, o Governo considera importante, no quadro da nova directiva comunitária e da experiência entretanto adquirida, rever, em consonância com os compromissos assumidos, o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA), associando-lhe um conjunto de procedimentos eficazes e um quadro sancionatório suficientemente dissuasor que permita tornar eficaz e profícua a sua aplicação.

Em termos genéricos, o diploma introduz os seguintes algumas novidades como seja a atribuição de carácter vinculativo à decisão de AIA para obtenção dos licenciamentos sectoriais e de obras de construção.

O diploma aprovado na reunião de Conselho de Ministros da passada quinta-feira, dia 23, prevê também o reforço da eficácia da política ambiental, nomeadamente no domínio da acção preventiva dos danos ao ambiente e da aplicação do princípio do poluidor-pagador;

A co-responsabilização de todas as enti-

dades intervenientes e cooperação no âmbito da respectiva actuação, em ordem ao equilíbrio entre ambiente e desenvolvimento; a obrigatoriedade de publicitação das informações que suportam a decisão de AIA e reforço da participação pública em momento anterior à decisão; e a consagração de regras relativas à AIA em zonas transfronteiriças são igualmente preceitos avançados pelo decreto-lei aprovado.

O diploma consagra ainda o estabelecimento de um regime de pós-avaliação constituído por programas de monitorização e de auditorias, com vista a avaliar os impactes ambientais ocorridos e a eficácia das medidas de gestão ambiental adoptadas.

Em termos sancionatórios, o novo regime estabelece que quem executar projectos sujeitos a AIA sem a decisão de AIA ou em violação do conteúdo de tal decisão comete uma contra-ordenação punível com coima de cem a dez mil contos (pessoas individuais), e de 500 contos a 500 mil contos (pessoas colectivas).

Na definição em concreto do valor da multa será tido em conta, para além do benefício económico obtido com a prática da infracção, a gravidade da transgressão associada à dimensão dos danos ocasionados, a culpa do infractor, os seus antecedentes relativos a contra-ordenação da mesma natureza e ainda a sua situação económica do agente.

DESTAQUE – CM

Turismo

DESENVOLVER E PROMOVER ALMADA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 23, em Lisboa, o decreto-lei que cria a Turiscosta, SA - Sociedade de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada.

Esta sociedade anónima de capitais públicos tem como principal objectivo a promoção de um conjunto de acções estruturantes com vista à recuperação e requalificação de uma zona que tem excepcionais condições naturais para o desenvolvimento de actividades de turismo, recreio e lazer.

A área de intervenção da empresa é, em grande parte, propriedade do Estado, tratando-se de edifícios e terrenos subutilizados, sitos em zonas em que a requalificação e revalorização urbanística é necessária.

Pretende-se, pois, articular os interesses da Administração Central, do Município de Almada e de todos os parceiros relevantes, visando o desenvolvimento de um pólo de excelência, podendo as acções a concretizar vir a beneficiar de apoios financeiros no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

A empresa terá um capital social inicial de 550 mil contos, subscrito e realizado pelo Estado no valor de 380 mil contos e pela Câmara Municipal de Almada no valor de 170 mil contos, podendo ainda nele parti-



cipar pessoas colectivas públicas, bem como sociedades maioritariamente controladas pelo Estado ou por outras entidades públicas.

O capital social pode ser aumentado por subscrição a realizar em dinheiro ou em espécie, por uma ou mais vezes, por deliberação dos accionistas a tomar em assembleias gerais a convocar para o efeito, sendo ainda possível à sociedade, por deliberação do seu conselho de administração, emitir acções por subscrição pú-

blica ou particular.

A Turiscosta, entidade gestora do investimento da zona de intervenção na Frente Ribeirinha Norte e Atlântica do concelho de Almada, actuará por forma a dinamizar intervenções que visem a construção e promoção de infra-estruturas e serviços de interesse público, nomeadamente actividades turísticas, culturais, desportivas e outras que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área, para além de acções em matéria de

requalificação e revalorização urbanística. A zona de intervenção inclui prioritariamente as áreas conhecidas pelos seguintes descritivos: CPP - Olho de Boi (Almada); Raposeira - Peças de Artilharia de Costa (Trafaria); Forte de Alpinas (Trafaria); Presídio - Casa de Reclusão (Trafaria); Frente Urbana das Praias da Costa da Caparica; Lazareto - Torre Velha (Caparica); Fonte da Telha.

As restantes áreas de intervenção a considerar serão definidas pela Turiscosta, pela Câmara Municipal de Almada e pelos ministérios envolvidos, de acordo com as competências próprias.

O aproveitamento desta área, até aqui utilizada pelo Estado e agora disponibilizada, pretende assim explorar um imenso potencial latente, perfilhando-se oportunidades de investimento para as quais é necessário criar condições de concretização e abrindo à sociedade um espaço que pode vir a ser um nova fonte de criação de riqueza e emprego para a região e para o País.

Saliente-se que a primeira acção, no âmbito do projecto de revalorização da zona, está já ajustada, através de um contrato-programa para a requalificação da frente urbana da Costa de Caparica, a qual envolve um financiamento de 1,5 milhões de contos e implicará obras que se estenderão até ao ano 2002, com início no próximo ano.

DESTAQUE – CM

Ensino Superior

EXECUTIVO DÁ CRÉDITO BONIFICADO A ESTUDANTES

O Governo socialista criou um regime de crédito bonificado para os estudantes do ensino superior.

A decisão foi tomada mediante a aprovação de um decreto-lei, na passada reunião do Conselho de Ministros que decorreu, na quinta-feira, dia 23, em Lisboa.

Podem ter acesso ao regime de crédito bonificado previsto neste diploma os estudantes do ensino superior que, à data da formulação do pedido de empréstimo, preenchem, cumulativamente, as seguintes condições:

a) Sejam cidadãos da União Europeia ou de País de Língua Oficial Portuguesa ou, ainda, de país com o qual haja sido estabelecida reciprocidade de tratamento através de acordo internacional, desde que residam em Portugal há pelo menos dois anos e o respectivo agregado familiar tenha rendimentos tributáveis em Portugal;

b) Frequentem o penúltimo ou o último ano curricular de um curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação que confira o grau de licenciado, não considerando como ano curricular o destinado predominantemente a estágio curricular;

c) cujo rendimento mensal bruto *per capita* do respectivo agregado seja igual ou inferior a duas vezes o salário mínimo nacional mais elevado do ano a que se reportam os rendimentos;

d) Tenham tido aproveitamento satisfatório no curso em que se encontram inscritos;

e) Não sejam titulares de outro empréstimo bonificado contraído ao abrigo do presente regime;

f) Não sejam titulares do grau de licenciado (exceptuados os casos de estudantes de ramos de cursos de licenciatura cujo acesso esteja condicionado à titularidade de outro ramo do mesmo curso).

Podem ainda ter acesso ao regime de crédito bonificado os estudantes que, à data da formulação do pedido de empréstimo, preenchem, cumulativamente, as condições previstas nas alíneas a), c), d) e e), e

que frequentem o último ano de um curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação que confira o grau de bacharel e não sejam titulares do grau de bacharel. Beneficiam de tratamento mais favorável, em termos de prazo do empréstimo e de taxa de bonificação, os estudantes do ensino superior que, satisfazendo as condições previstas à data da formulação do pedido de empréstimo, sejam deficientes (com um grau de incapacidade permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, nos termos da legislação aplicável, igual ou superior a 60 por cento).

Os empréstimos serão concedidos por um prazo limite até 8 anos, com taxa de juro contratual negociável entre as partes, não podendo o respectivo valor exceder um dos seguintes montantes:

• Vinte e quatro vezes o salário mínimo nacional mais elevado, fixado à data em que é formulado o pedido de empréstimo, no caso de estudantes que se encontram

a frequentar o penúltimo ano do curso;

• Doze vezes o salário mínimo nacional mais elevado, fixado nos termos da alínea anterior, no caso de estudantes que se encontram a frequentar o último ano do curso.

Na determinação do valor do empréstimo, as instituições de crédito devem atender à situação específica do mutuário, tendo em conta, designadamente, a sua situação económica, o valor da propina do curso frequentado, as despesas necessárias ao cumprimento dos programas curriculares e a distância entre o local da sua residência habitual e o local onde se situa o estabelecimento de ensino frequentado.

A bonificação será de 50 por cento da taxa de referência para o cálculo das bonificações criada pelo decreto-lei n.º 359/89, de 18 de Outubro, ou da taxa contratual se esta for inferior, sendo de 70 por cento para os deficientes com incapacidade igual ou superior a 60 por cento.

PORTUGAL SEGURO

Fazer Portugal um país mais seguro foi o desafio lançado pelo Ministério da Administração Interna (MAI) há quatro anos. O resultado das actividades desenvolvidas neste sentido foi apresentado num documento/relatório que, ao longo de 143 páginas, dá conta das linhas gerais de actuação, das medidas legislativas e das principais iniciativas implementadas nas áreas tuteladas pelo MAI, com saldo claramente positivo.

«A actuação do MAI pautou-se por uma nova concepção de responsabilidade da própria Administração», garante-se no texto introdutório do relatório do Ministério da Administração Interna sobre o quadriénio de governação socialista.

Esta «nova concepção» passa por uma maior liberdade de acção e capacidade de decisão dos serviços, pela maior aproximação dos cidadãos às decisões administrativas, pela transparência da actuação, pelo reforço da ética dos serviços públicos e pela sua avaliação em termos de custos e de desempenho.

Esta forma de ver a Administração Pública ganha grande dimensão no Ministério que zela pela segurança interna do Estado português. É que «sem segurança não se alcançam os fins últimos a que qualquer sociedade democrática aspira».

Ao longo da presente legislatura, todos quantos trabalham na área da Administração Interna uniram-se para cumprir a «missão empolgante» que constitui estar sempre alerta e disponível para integrar os novos conceitos e as realidades sociais que se perfilam no limiar do milénio.

A importância que assumem fenómenos como a globalização sociocultural, económica e tecnológica tornou necessária a sua integração harmoniosa nas políticas de administração interna da nação, sem perder de vista os valores da democracia: a liberdade, igualdade na diversidade, respeito pela pessoa humana e a garantia dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos. Esta tarefa, segundo os responsáveis do MAI, foi cumprida.

«Da segurança interna à segurança rodoviária, da protecção civil à administração eleitoral, investimos para modernizar e para credibilizar a actuação do Estado em domínios fundamentais», lê-se na nota de abertura do relatório, um texto subscrito pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, e pelos secretários de Estado Armando Vara e Luís Parreirão.

Segurança Interna

A Segurança Interna constitui uma das áreas prioritárias consagradas no Programa de Governo do XIII Governo Constitucional



Assim, durante a presente legislatura socialista, foi aprovado um conjunto de diplomas que prevêem uma mudança gradual mas profunda nesta área, num significativo esforço para melhorar os padrões de resposta a factores de insegurança e o sistema de combate à criminalidade. De entre as principais medidas legislativas destacam-se, pelo seu impacto no sector da Segurança Interna, a nova Lei de Orga-

da acção policial». A aposta na formação constitui, por outro lado, um dos pilares de modernização da actividade policial. Assim, destaca-se a criação, em 1998, do Conselho Consultivo para a Formação das Forças e Serviços de Segurança.

Mas a inovação e a caminhada para o futuro não perpassa apenas o plano educacional. Outra prioridade política passou

de acção policial de proximidade, que não só diz respeito à maior visibilidade dos agentes da ordem, mas também à sua capacidade de inserção na vida das comunidades, apoiada no conhecimento e no diálogo com os cidadãos e/ou com as entidades que os representam.

A concretização de tudo isto implicou um investimento de vulto na área da Segurança Interna.

O financiamento público global da modernização das Forças de Segurança ascendeu a 51,9 milhões de contos, um valor que ultrapassa a duplicação do montante investido na legislatura laranja (22,9 milhões de contos).

Deste bolo a principal fatia foi para os equipamentos (28,3 milhões de contos), seguindo-se a modernização dos meios operacionais com 21 milhões de contos. Os resultados das iniciativas do MAI têm expressão na taxa de participação de ocorrências às Forças de Segurança, um dos principais indicadores da situação no sector.

Entre 1994 e 1998 a evolução deste indicador foi «muito favorável», assistindo-se a uma regressão da chamada «cifra negra» da criminalidade, porquanto a taxa de participação passou de 28 para 35 por cento.

Por outro lado e considerando o volume total de ocorrências participadas às Forças de Segurança, em 1994 (332 226) e em 1998, é possível concluir que a criminalidade real (participada e não participada) decresceu neste intervalo temporal.

Ainda na área da Segurança Interna, mas na vertente específica dos Serviços de Segurança (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e SIS), tem especial relevo a regularização extraordinária dos imigrantes clandestinos, a abertura de Postos Mistos de Fronteira e o apoio humanitário a refugiados da Guiné-Bissau e do Kosovo, numa evidente preocupação com a dignificação das condições de presença de milhares de estrangeiros em Portugal.



nização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública, em que o Governo demonstrou vontade política de garantir a liberdade sindical e os direitos de negociação colectiva aos profissionais da PSP. Quanto à Guarda Nacional Republicana, foi aprovado um novo Estatuto Disciplinar, consentâneo com outros princípios constitucionais vigentes e que garantem os direitos e liberdades dos agentes da GNR. A maior acessibilidade da carreira da GNR, o reajustamento dos níveis superiores de enquadramento e o regime jurídico de criação de Polícias Municipais são iniciativas que apontam para uma nova «filosofia de complementaridade» entre as Forças de Segurança e outros agentes que se encontram ao serviço da manutenção da ordem social. Encetou-se, pois, uma nova «cultura de responsabilização e de dignificação

pela racionalização dos procedimentos administrativos e pela implementação do Projecto INOVAR (Inicia uma Nova Orientação à Víctima para uma Atitude Responsável).

Neste contexto de vastas reformas estruturais que visaram estimular a estima pública pela acção policial, a actuação do Ministério da Administração Interna ficou marcada pela implementação de iniciativas coerentes com uma nova política de policiamento ao serviço de uma também nova cultura de segurança, mais próxima e visível pelo cidadão.

Os Programas Policiamento de Proximidade, Escola Segura, Apoio 65-Idoso em Segurança, INOVAR, Comércio Seguro, Verão Azul, Verão Seguro, a Semana da Segurança, a informatização das Forças de Segurança são expressão clara da ideia

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Adequar a legislação nacional aos princípios da União Europeia, garantindo medidas claras, eficazes e solidárias, em matéria de circulação e permanência de cidadãos estrangeiros em território português foi uma aposta dotada, na legislatura socialista, com 1,3 milhões de contos, tendo-se registado no último ano um crescimento superior a 60 por cento.

Administração Eleitoral

A participação em actos eleitorais faz hoje parte do quotidiano da vivência democrática dos cidadãos portugueses, sendo essa a forma pela qual exercem o poder político.

É precisamente no exercício efectivo da



Democracia que reside a importância da Administração Eleitoral.

As linhas gerais de actuação do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) foram orientadas no sentido de se obter uma melhoria na relação entre os cidadãos e o Estado e as suas instituições, visando ainda um reforço das condições efectivas de participação cívica, conforme as prioridades apontadas no Programa de Governo do PS.

Entre as principais medidas legislativas para este sector contam-se a inscrição provisória no recenseamento eleitoral de jovens com 17 anos (procurando promover condições para a participação cívica das novas gerações) e a actualização extraordinária das inscrições de recenseamento (corrigindo as imperfeições acumuladas há mais de duas décadas).

A nova Lei de Recenseamento Eleitoral, aprovada por unanimidade pela Assembleia da República, veio introduzir uma nova filosofia de organização, manutenção e gestão de todo este processo de participação cívica, apoiada em procedimentos modernos, eficazes e contínuos. A Lei da Constituição das Mesas de Voto veio reconhecer e valorizar o trabalho cívico dos cidadãos e promove o funcionamento contínuo das Assembleias de Voto. Por seu turno, a Lei Eleitoral da Assembleia da República concretiza a necessária adaptação do regime jurídico eleitoral às normas constitucionais vigentes.

Com o objectivo de modernizar e inovar no panorama da administração e gestão eleitorais, foi lançado e implementado um vasto programa de informatização que contemplou, por uma lado, a construção da Bases de Dados do Recenseamento Eleitoral (BDRE) e, por outro lado, a dotação de meios informáticos às Juntas de Freguesia.

Ainda no âmbito do Regifreg (Programa de Informatização das Juntas de Freguesia) foi implementada a ligação gratuita à Internet em mais de duas mil Juntas.

Este investimento, num valor aproximado de 1,5 milhões de contos, permitiu a existência de uma rede informática a nível nacional.

Protecção Civil

A função de protecção civil, como actividade multidisciplinar e plurisectorial que diz respeito a todas as estruturas da sociedade, foi dirigida no sentido de, por um lado, prevenir e evitar acidentes graves, catástrofes ou calamidades naturais e tecnológicas e, por outro, anular ou limitar os seus efeitos danosos.

Para este sector concorrem as diferentes



estruturas independentes do MAI que desenvolveram, de forma integrada e articulada, as suas acções.

O objectivo central do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) durante a administração do PS reflecte-se em dois planos complementares: o da acção (eficaz coordenação operacional da actividade dos serviços e estruturas de protecção civil) e o da prevenção (elaboração de estudos e planos de protecção da população civil). No plano da acção, as principais iniciativas do SNPC foram, em termos gerais e abreviados, a instalação do Centro de Situação de Protecção Civil; as ligações automáticas aos Instituto de Meteorologia por Internet e videoconferência; a ligação automática ao Instituto da Água e ao Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos; os Sistemas de Telecomunicações de Protecção Civil; a concepção e lançamento do Siste-

ma de Informação e Protecção Civil; a coordenação e apoio de acções de emergência (caso dos Açores, refugiados do Kosovo) e a dinamização dos Serviços Municipais de Protecção Civil.

No plano da prevenção, destacam-se as acções formativas que foram implementadas com vista à divulgação de matérias e procedimentos importantes neste sector, para além da elaboração de folhetos informativos diversos visando a sensibilização da população.

Por seu turno, a acção do Serviço Nacional de Bombeiros, que é essencialmente de natureza voluntária, saldou-se durante a presente legislatura socialista com a revisão do Estatuto Social do Bombeiro em que se verifica uma dignificação da actividade destes agentes de protecção civil, através da melhoria das condições de seguros de acidentes, que passaram a ser indexados ao salário mínimo nacional.

Em matéria de investimentos, os apoios às acções dos Corpos de Bombeiros e à implementação do dispositivo de combate aos incêndios florestais totalizaram cerca de 27,9 milhões de contos.

Como resultado desta aposta no dispositivo de luta contra os fogos registou-se uma «significativa diminuição da área ardida em povoamento florestal no quadriénio 96/99, relativamente ao período 92/95».

A prevenção continua a ser considerada como «o principal e mais eficaz instrumento para a preservação da floresta», pelo que se triplicou a verba a ela afectada na legislatura anterior.

Segurança Rodoviária

No domínio da prevenção e combate à sinistralidade nas estradas do País, o MAI, através da Direcção-Geral de Viação (DGV), adoptou um conjunto de acções de estudo e fiscalização entre as quais ganha-



ram relevo a reformulação e modernização do sistema de ensino da condução automóvel, a promoção de campanhas de segurança rodoviária, o reforço da fiscalização nas rodovias, o aperfeiçoamento da legislação em vigor, incluindo-se a revisão do Código da Estrada, e a introdução no ensino básico e preparatório de uma disciplina obrigatória sobre normas de circulação e segurança nas estradas.

A exemplo de outros organismos, os apoios financeiros realizados pela DGV nos

passados quatro anos (um total de 4,2 milhões de contos), tiveram correspondência com as acções de racionalização e modernização dos serviços e criação de infra-estruturas em ordem à sua eficácia. As iniciativas levadas a cabo pela Direcção-Geral de Viação abrangem acções muito diversas, enquadráveis nas áreas da prevenção, educação, formação e informação rodoviária. De entre eles ganham particular relevo a reformulação do sistema de inspecção periódica de veículos, a campanha «Segurança Máxima-Tolerância Zero», a modernização do sistema de exames de condução, o novo modelo de carta, a educação rodoviária nas escolas, as campanhas de informação e sensibilidade («Dê prioridade à vida»; «Viaje seguro rumo à Expo'98»; Programa «Estrada Viva», entre outros).

A política de prevenção da sinistralidade rodoviária também foi consubstanciada, durante a actual legislatura, no PISER – Plano Integrado de Segurança Rodoviária e pela criação do Observatório de Segurança Rodoviária.

No período compreendido entre 1996 e 1998, no que se refere a indicadores de sinistralidade - acidentes, mortos, feridos graves e feridos ligeiros -, os resultados obtidos apontam para uma diminuição significativa do índice relativo ao número de vítimas mortais.

Assim, os resultados obtidos até ao momento nas quatro estradas abrangidas pela campanha «Tolerância Zero» apontam para uma redução de dois terços no tocante a mortes, bem como para declínios importantes nos níveis indicadores de ferimentos graves, leves e de acidentes sem vítimas.

Cooperação e Relações Internacionais

Numa sociedade cada vez mais aberta ao exterior como é a sociedade portuguesa, e sobretudo após a adesão de Portugal ao Acordo de Schengen, a cooperação no domínio da segurança interna ganhou particular importância, exigindo uma nova gestão das relações internacionais.

A participação das Forças de Segurança nacionais em missões de paz além fronteiras, a celebração de diversos protocolos de cooperação com países com os quais Portugal tem relações privilegiadas (PALOP), e a participação activa de portugueses em grupos de trabalho no âmbito da União Europeia são algumas das iniciativas que se destacam no seio de uma estratégia de segurança interna num contexto europeu/internacional.

Noutros sectores houve também a implementação de medidas importantes, num esforço constante de adaptação aos novos tempos e de consequente modernização.

A nova legislação para os explosivos, o novo regime jurídico da segurança privada, a regulamentação da actividade de guarda nocturna e a implementação de um novo modelo de passaporte somam-se, entre muitas outras iniciativas, às medidas bacilares anteriormente enunciadas, num mosaico estratégico e estreitamente ligado que tornou Portugal no País provavelmente mais seguro que é hoje.

MARY RODRIGUES

FINLÂNDIA

Justiça

VITORINO PRESENTE NA REUNIÃO DOS MINISTROS DO INTERIOR E JUSTIÇA

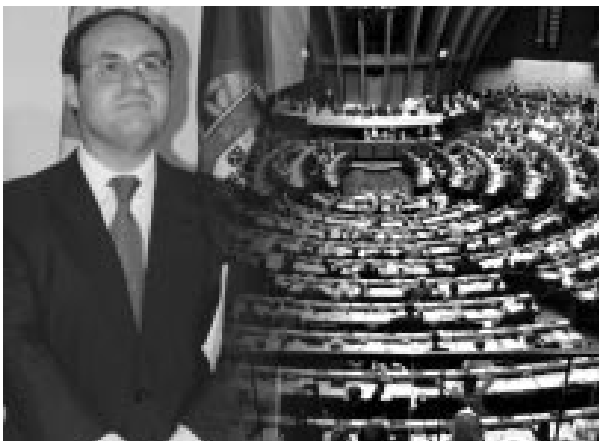
A reunião informal dos ministros europeus da Justiça e Interior dedicada à preparação da Cimeira europeia extraordinária de Tampere, realizada em Turku (Finlândia), contou com a primeira participação do novo comissário europeu, o português António Vitorino.

O comissário encarregue da Justiça e assuntos internos da União Europeia apresentou as suas prioridades aos ministros, tal como fez há alguns dias perante os eurodeputados, durante a sua audição no Parlamento Europeu.

Vitorino pôs o acento tónico em quatro grandes capítulos: asilo e imigração, prevenção do crime, cooperação em matéria de justiça criminal, e acesso à justiça.

Em matéria de asilo e imigração, Vitorino deseja a criação de um Fundo europeu para a integração de refugiados.

Por outro lado, recordou que a Convenção de Dublin sobre os requerentes de



asilo deveria tornar-se num instrumento jurídico comunitário, após a entrada em vigor do Tratado de Amsterdão.

Rede europeia de prevenção de crimes

Em relação à prevenção de crimes, Vitorino avançou com a ideia de uma rede europeia de prevenção e sublinhou a atenção que deve ser dada à prevenção da delinquência urbana e juvenil. Quanto à cooperação na justiça criminal, pronunciou-se por uma harmonização europeia das penas sobre o tráfico de crianças.

Vitorino indicou que a Comissão Europeia apresentará dentro de uma semana a sua contribuição para a Cimeira de Tampere, que terá lugar em meados de Outubro. Esta reunião extraordinária de chefe de Estado e de governo do Quinze foi largamente consagrada ao desenvolvimento do Espaço de segurança e justiça europeu, criado pelo Tratado de Amsterdão.

CONSELHO INFORMAL

Ministros da Educação dos Quinze

PROMOVER A QUALIDADE DO ENSINO E DA FORMAÇÃO

Os ministros da Educação dos Quinze reuniram-se no passado dia 24, em Conselho informal, na cidade finlandesa de Tampere, para reflectir sobre os meios de aumentar a mobilidade dos professores no seio da União Europeia.

Ao abrir esta reunião de dois dias, a ministra da Educação finlandesa, Maija Rask, defendeu um melhor reconhecimento recíproco da formação entre os Quinze que permita facilitar a mobilidade profissional no interior da UE, incluindo a dos professores.

Não se trata, no entanto, de querer um sistema uniforme de diplomas universitários europeus, dada a enorme diversidade das tradições nacionais, precisou Rask.

A Finlândia, que assegura a presidência da UE, propôs ainda uma abordagem «cíclica» dos problemas visando definir uma série de objectivos políticos precisos para um período de um ou dois anos, que se traduzam em soluções nacionais capazes de serem adoptadas a nível europeu. Maija Rask defendeu por último uma política de «qualidade» do ensino a todos os níveis: recursos, processos de ensino e avaliação dos resultados obtidos.

Esta reunião informal sobre a cooperação europeia em matéria de educação para o terceiro milénio destina-se a preparar um



conselho de educação a realizar a 26 de Novembro, em Bruxelas.

Além da discussão sobre os pontos mais importantes sobre os quais será necessário trabalhar em cooperação no espaço comunitário, os ministros analisaram a forma de promover a qualidade da educação e da formação a nível comunitário.

Sistema de educação comum

Os 15 ministros da Educação pretendem encontrar, no quadro da cooperação do ensino europeu, um sistema de educação comum e valorizar a qualidade e a competitividade do ensino no espaço co-

munitário face ao resto do mundo.

No último dia da reunião, os participantes no conselho informal de Educação de Tampere analisaram a declaração de Bolonha e um relatório internacional sobre o desenvolvimento do ensino superior nos 15 Estados-membros da UE.

Tal como acontece habitualmente, o conselho informal dos ministros da Educação dos Quinze não tomou decisões sobre a política da educação europeia.

As suas conclusões servirão de base de trabalho para o próximo conselho sobre educação, que terá lugar a 26 de Novembro em Bruxelas, destinado a elaborar os «dossiers» sobre a qualidade da educação na UE que serão apresentados na cimeira especial de chefes de Estado e de Governo prevista para 15 e 16 de Outubro em Tampere.

Segundo fontes da organização, a nova comissária europeia da Educação, Viviane Reding, será uma das principais intervenientes no tema «A cooperação europeia em matéria de educação para o terceiro milénio».

A mesma fonte assegurou que Viviane Reding, que iniciará as suas funções no Conselho informal de Tampere, irá apresentar aos ministros a sua política de cooperação e de valorização da qualidade do ensino no espaço comunitário.



Cabeceiras de Basto

Exposição/Feira de Actividades Económicas

A cerimónia de abertura da 23ª Exposição/Feira de Actividades Económicas de Basto – Agrobasto-99 contou com a presença do secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros.

O programa iniciou com a recepção nos Paços do Concelho, na presença de autarcas locais, técnicos, expositores e outros convidados da autarquia, durante a qual se salientou a importância deste evento como pólo dinamizador das actividades económicas desenvolvidas nas Terras do Basto.

Cascais

Câmara apoia colectividades

A Câmara Municipal de Cascais decidiu atribuir às colectividades – grupos corais, bandas de música e escolas de música – existentes no concelho, um subsídio de 5500 contos.



Este significativo apoio insere-se na política mais vasta de dinamização cultural que tem caracterizado o mandato actual, sendo igualmente uma forma de reconhecimento da raiz cultural tradicional dos grupos corais, bandas e escolas de música e do importante trabalho que desenvolvem junto dos jovens e das outras camadas etárias da população.

Lisboa



Câmara facilita comunicação entre timorenses

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) providenciou a instalação de duas linhas tele-

fónicas no «Espaço por Timor», para que os timorenses residentes em Portugal possam comunicar gratuitamente com os seus familiares.

A autarquia suporta todas as despesas de utilização destas linhas, tendo a sua instalação sido assegurada gratuitamente pela Portugal Telecom.

Os interessados poderão dirigir-se ao «Espaço por Timor», Rua de São Bento, 182, de segunda a sábado, das 13 às 14 horas.

Habitações municipais com televisão por cabo

Os moradores das habitações municipais poderão aderir à TV Cabo gratuitamente e ficam isentos do pagamento da assinatura do serviço durante três meses, segundo estipula um protocolo assinado recentemente entre a Câmara Municipal de Lisboa e a empresa.

Os empreendimentos imobiliários promovidos pela CML vão ser dotados de infra-estruturas de acesso e ligação ao serviço de televisão por cabo, e os seus moradores vão usufruir gratuitamente da instalação do respectivo serviço e de três meses de utilização gratuita.

Após este período, os utentes que não tenham aderido à TV Cabo, mantêm o acesso gratuito por cabo aos quatro canais nacionais de cobertura nacional.

O protocolo prevê a dotação com todas as infra-estruturas necessárias à ligação da TV Cabo os «empreendimentos imobiliários que a CML promova, construa ou reconstrua, bem como empreendimentos e edifícios que sejam da sua propriedade ou cuja gestão directa ou indirecta lhe caiba, no âmbito da sua actividade».

Além da instalação e ligação do serviço a habitações sociais, o protocolo prevê a instalação da televisão por cabo em centros de dia da terceira idade e centros de ocupação de tempos livres do município, escolas do ensino básico, palácios, museus, teatros, bibliotecas e livrarias municipais, entre outros edifícios municipais.

Porto



Dia Mundial do Turismo

No passado dia 27, à semelhança dos anos anteriores, a Câmara Municipal do Porto celebrou o Dia Mundial do Turismo com a reabertura do Posto de Turismo do Infante, na Ribeira, e várias actividades dirigidas aos turistas que nesse dia estiveram na Cidade Invicta.

Santo Tirso

Autarquia leva 4500 idosos ao santuário de Fátima

A Câmara Municipal de Santo Tirso, no âmbito das comemorações do Ano Internacional do Idoso, promoveu no dia 25 um passeio ao santuário de Fátima, numa jornada de convívio, recolhimento e festa para cerca de 4500 idosos do concelho.



Tendo como destinatários os munícipes com mais de 60 anos, esta iniciativa camarária revelou-se extraordinária em termos de adesão por parte dos mais velhos, pelo que a autarquia se viu na necessidade de fretar 90 autocarros para garantir o transporte de todos os participantes.

Sintra

Museu do Brinquedo

O Museu do Brinquedo de Sintra acolhe desde o dia 29 na sua sala de exposições temporárias, uma exposição de trabalhos dos alunos do Jardim-de-Infância da Várzea de Sintra, intitulada «O Nosso Corpo e a Saúde».



A exposição, patente ao público desde o passado dia 29, pode ser visitada até 12 de Outubro, no horário habitual do Museu: de terça-feira a domingo, das 10 às 18 horas.

Vila Real de S. António

Dia Mundial do Turismo

O município de Vila Real de S. António comemorou o Dia Mundial do Turismo. Assim, no passado dia 27 o rancho folclórico da Associação Cultural de Vila Real de Santo António animou a principal estância turística do município vila-realense, desfilan-

do, actuando e oferecendo flores aos turistas, nas principais ruas de Monte Gordo.



Vila do Conde

2,5 milhões de contos para recuperação do litoral

A Câmara Municipal de Vila do Conde assinou com os ministérios do Ambiente e do Equipamento um protocolo de cooperação visando a requalificação da área litoral entre a foz do Ave e o porto da Póvoa de Varzim.



O protocolo prevê um investimento total de 2,5 milhões de contos, a aplicar no arranjo do litoral e na construção de um parque atlântico numa zona que até agora estava situada na área de jurisdição portuária.

A obra devera estar concluída nos anos 2000 e 2001, pelo que será candidata ao III Quadro Comunitário de Apoio (QCA). A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, disse que «a preocupação central e a recuperação do litoral» e, nesse sentido, «as intervenções concretas a efectuar se enquadram no trabalho de planeamento já executado, nomeadamente nas cartas de risco do litoral e nos planos de ordenamento da orla costeira».

Protecção dos ecossistemas

Elisa Ferreira afirmou que os cidadãos também têm um papel importante na salvaguarda da orla costeira e acrescentou que «há uma ligação íntima entre a qualidade urbanística e a protecção e valorização dos ecossistemas que a suportam».

O ministro do Equipamento, João Cravinho, defendeu que «as preocupações ambientais são uma prioridade» que exige a «plena cooperação entre todas as entidades públicas envolvidas» que, no caso da orla, costeira incluem os ministérios do Ambiente e Equipamento, as autoridades portuárias e as autarquias.

CENTRO CULTURAL DE BELÉM **Guterres lança livro**

PENSAR PORTUGAL E O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

O Centro Cultural de Belém foi o palco escolhido no dia 24 para o lançamento do livro «A Pensar em Portugal», da autoria do camarada António Guterres.

A obra, que foi apresentada por Eduardo Lourenço, contempla um trabalho inédito sobre o socialismo democrático.

O livro, que tem cerca de 200 páginas, termina com a evocação de personalidades incontornáveis do socialismo como Salgado Zenha, Olof Palme e Mário Soares.

No primeiro capítulo, intitulado «A nossa via - da autonomia à solidariedade, um novo desígnio nacional», o camarada António Guterres reflecte sobre o socialismo democrático defendendo «a fidelidade aos princípios e à exigência de renovação do pensamento político».

«O futuro do socialismo democrático na Europa está intimamente ligado à compreensão das mudanças profundas que ocorreram nos últimos anos nos domínios político, económico, social, cultural e científico», sustenta o líder do PS, num livro que, tirando este trabalho, é uma colectânea de alguns discursos escritos, improvisos e artigos escritos desde os Estados Gerais. Quando nos anos 70 se falou no declínio do socialismo democrático, recorda, «o keynesianismo, a redistribuição de rendi-



mentos e o Estado de bem-estar revelavam-se incapazes perante a recessão económica».

Considerando estar a emergir «uma nova síntese» entre «a tradição emancipadora do socialismo democrático e a tradição liberal e republicana da autonomia individual», Guterres defende uma confluência entre a regulação de Estado, a solidariedade e a iniciativa privada e social.

No último capítulo, intitulado «Perfis de coragem», Guterres lembra Olof Palme,

figura incontornável da social-democracia, que agora, recorde-se, é alvo de críticas laterais de alguns pós-modernistas, muito renovadores e centristas, adeptos das terceiras vias e sedentos de protagonismo, que tentam fazer passar a mensagem de que os valores e princípios pelos quais o ex-primeiro-ministro sueco se bateu estão ultrapassados.

Na obra, o camarada António Guterres elogia a figura ímpar de socialista de Olof Palme, assassinado em 1986, à saída de um cinema na capital sueca. «A figura política que mais admiro», confessa, lembrando o facto de Olof Palme ter sido o primeiro chefe de um governo estrangeiro a visitar Portugal a seguir ao 25 de Abril e a sua aposta na consolidação da democracia portuguesa.

Quando os mencheviques derrotaram os bolcheviques

«Salgado Zenha foi sem dúvida a grande referência política e moral que norteou o início da minha actividade pública», diz ainda o camarada António Guterres num artigo no mesmo capítulo sobre o antigo dirigente socialista, um dos mais notáveis políticos portugueses deste século e que com Mário Soares formou nos anos de

brasa da revolução uma dupla ímpar que mobilizou a família socialista na luta contra o projecto totalitário que ameaçava perverter o 25 de Abril.

Quanto a Mário Soares, outro dos «perfis» evocados neste capítulo, o camarada António Guterres considera o fundador do PS «um marco da própria História de Portugal e da Europa», pois, lembra, «foi ele quem conduziu a vingança histórica dos mencheviques sobre os bolcheviques, foi o Kerensky que derrotou Lenine, pela primeira vez na história».

Timor também está presente no livro, designadamente numa intervenção feita pouco depois de tomar posse, quando afirmou que nem o massacre de Santa Cruz nem a prisão de Xanana Gusmão tinham conseguido quebrar a determinação dos que lutam pela liberdade de Timor.

Há pouco mais de três anos, na cimeira de Banguécoque, todos os países, incluindo os aliados de Portugal, «tudo fizeram» para impedir Guterres de dar voz aos direitos e anseios dos timorenses, recorda. Mas agora, três anos volvidos, salienta Guterres na obra, «é a comunidade internacional que reconhece essa voz, afirmando o direito à autodeterminação dos timorenses».

J. C. CASTELO BRANCO

AÇORES

PS contacta com a população

O candidato dos Açores do PS à Assembleia da República, Medeiros Ferreira, foi recebido, ontem, dia 29, em audiência pelo conselho de administração da SATA.

Ainda em S. Miguel, os candidatos da ilha, acompanhados por vários dirigentes locais e regionais, percorreram as freguesias do Livramento e São Roque, onde mantiveram contactos com a população, visitando de seguida o concelho da Lagoa.



BRAGANÇA

PS rumo à vitória

O secretário nacional do PS e cabeça-de-lista do partido pelo distrito de Bragança, Armando Vara, pediu aos nordestinos «uma confiança reforçada no PS nas eleições legislativas».

«Apelo às pessoas desta região para que reforcem a sua confiança em António Guterres e no PS, para que possamos concretizar, nos próximos quatro anos, a grande volta definitiva que é preciso dar no Distrito de Bragança», apelou.

Armando Vara, que encabeça pela terceira vez a lista de deputados do PS pelo círculo eleitoral de Bragança, falava em Macedo de Cavaleiros, na primeira acção pré-campanha dos socialistas desta região, que coincidiu com a inauguração da sede local do partido, doada por um militante.

Vara afirmou nunca ter «esquecido o distrito de Bragança, mesmo nas funções de secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna».

No comício falou também o presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, que aparece em terceiro lugar na lista de candidatos do PS, que anunciou aos militantes que não vai «deixar a autarquia para ir para a Assembleia da República».

Segundo disse, o mesmo se aplica à vereadora da sua equipa, Ana Maria Mascarenhas, que se encontra em quarto lugar na lista de candidatos.

Admitiu, no entanto, que tanto um como outro podem vir a ocupar o lugar de deputados na Assembleia da República «por um período breve», se a sua contribuição for importante para o distrito de Bragança.

O PS divide actualmente os quatro lugares do círculo eleitoral de Bragança na Assembleia da República com o PSD, cabendo a cada partido dois deputados.

ALCOCHETE

Coelho em campanha

O camarada Jorge Coelho está a fazer uma campanha simplesmente notável. Hoje, dia 30, percorrerá o concelho de Alcochete. O programa inicia-se às 14 horas, com a concentração da caravana no Novotel, em Setúbal.

Às 14 e 45, haverá concentração no Largo da Feira, em Alcochete e às 15 horas Jorge Coelho visita a empresa Manuel Joaquim Orvalho.

Pelas 16 e 30, o camarada Jorge Coelho visita os Bombeiros de Alcochete e às 17 e 30 estará nas salinas do Samouco.

O dia termina com um jantar no Vulcanense Futebol Clube.



AMADORA

Campanha intensa

O PS/Amadora está a realizar uma campanha intensa. Amanhã, dia 1, o dia será dedicado à Segurança e Iluminação, com visita à esquadra da Brandoa.

À noite, na sede da Associação Académica da Amadora, terá lugar o jantar do PS da Amadora, precedido de fanfarra e caravana.

No sábado, dia 2, haverá distribuição de rosas em S. Brás e uma visita à Feira do Livro. No domingo, dia 3, o palco da campanha será a Feira da Brandoa.

CASTELO BRANCO

Caravana Distrital

A Caravana Distrital do PS/Castelo Branco tem sido um êxito. Multiplicam-se as acções de campanha. Assim, para hoje, dia 30, estão agendadas acções de campanha no concelho de Penamacor.

No dia 1, realizam-se acções de campanha no concelho de Sertã. Às 21 horas terá lugar um comício-festa na Praça da República, com actuação de Ruth Marlene.

No dia 2, as Bombocas animarão um comício-festa em Ildanha-a-Nova.

O dia 3 está reservado para o concelho da Covilhã, com uma festa-comício, que será animada pelos Santamaria.

ELEMENTO DECISIVO PARA O DESENVOLVIMENTO NOS PRÓXIMOS ANOS

O deputado socialista Joel Hasse Ferreira defendeu que os Açores devem utilizar o terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) como um «elemento decisivo» para o seu desenvolvimento nos próximos anos. Falando no dia 15, na ilha de São Miguel numa sessão pública da Convenção da Nova Autonomia, Joel Hasse Ferreira definiu o III QCA como «uma oportunidade única» para o arquipélago dos Açores dar «o salto qualitativo» que necessita. Segundo o camarada Hasse Ferreira, no âmbito das perspectivas da União Europeia, poderá não haver uma hipótese semelhante de desenvolvimento. Com as ilhas a constituírem «um dos problemas mais difíceis de desenvolvimento no todo nacional», torna-se necessário pro-



ceder à modernização do tecido empresarial, com a inerente qualificação do capital humano, salientou o deputado socialista.

Dar mais apoio a quem mais precisa

Para o camarada Joel Hasse Ferreira, membro da Comissão de Economia, das Finanças e do Plano da Assembleia da República, a solidariedade nacional terá de consistir no princípio de «dar mais apoio a quem precisa».

Por seu lado, Eduardo Paz Ferreira, que presidiu ao grupo de trabalho encarregue de elaborar a Lei de Finanças das regiões autónomas, salientou que o arquipélago açoriano não apresenta condições para ser

auto-sustentável, tendo, por essa razão, de depender sempre de apoio financeiro externo.

Segundo Eduardo Paz Ferreira, as ilhas terão sempre dificuldades financeiras, sendo a questão fulcral saber qual o ponto de equilíbrio justo entre o Estado e a região.

A Lei de Finanças Regionais é muito recente, o que inviabiliza para já a hipótese de averiguar os impactos económicos na economia insular, apesar de se ter «a sensação de que os Açores vivem um período de desenvolvimento», disse.

A Convenção da Nova Autonomia, uma iniciativa do PS/Açores aberta a independentes, prevê a realização de várias sessões públicas em diversas ilhas do arquipélago.

PORTO

Grandes iniciativas

O cabeça-de-lista do PS no Porto, Fernando Gomes, garantiu que a campanha socialista no distrito «não vai deixar nenhum cidadão indeciso», manifestando a convicção que o PS «vai ter um bom resultado eleitoral».

«Faremos mercados, feiras e festas e onde houver um potencial eleitor do PS não o largaremos. Não deixaremos nenhum cidadão indeciso», frisou Gomes, que falava no dia 23, na abertura do «Espaço Aberto», um local em Matosinhos que «pretende marcar a diferença entre o imobilismo e a criatividade».

Para o candidato socialista, o espaço, um antigo armazém, permitirá ao PS «estabelecer uma ligação com os cidadãos que, por não serem militantes do partido, não querem ir à sede».

Especialmente vocacionado para os jovens, o «Espaço Aberto» disponibiliza acesso livre a Internet, numa demonstração de que «o PS defende os valores tradicionais, mas também a modernidade».

No local serão também permanentemente exibidos um filme sobre a história do PS, outro sobre as propostas socialistas para o distrito e um terceiro, a exibir num ecrã circular, a três dimensões, que pretende ser uma «viagem às novas tecnologias».

Durante a campanha, no auditório montado neste espaço estão previstas várias acções culturais e quatro debates, durante os quais se pretende que os quatro membros do governo que são candidatos pelos distrito do Porto prestem contas aos eleitores.

Debates temáticos

Desta forma, realizou-se um debate no dia 27 com Oliveira Martins (ensino), e hoje, dia 30, tem lugar um debate com Elisa Ferreira (ambiente), Maria de Belém Roseira (saúde, 4 de Outubro) e Manuel Maria Carrilho (cultura, 6 de Outubro) são os outros debates agendados.

Relativamente a campanha socialista no distrito do Porto, Narciso Miranda, presidente da federação distrital, salientou que se pretende que atinja «todos os pontos de todos os concelhos do distrito».

António Guterres desloca-se duas vezes ao distrito do Porto, a primeira das quais a 3 de Outubro, começando o programa com um almoço em Amarante, seguindo-se passagens por Valongo, Gondomar, Maia e Vila do Conde, culminando com um «grande comício» no Porto, no Pavilhão Rosa Mota.

O líder socialista volta ao distrito do Porto a 7 de Outubro, começando com uma acção de campanha na Lota de Matosinhos ao princípio da manhã, seguindo-se uma passagem por Gaia.

A tarde será passada na baixa do Porto, terminando o programa com um comício em Matosinhos.



Camarada Lello envia carta a emigrantes apelando ao voto no PS

O camarada José Lello afirmou no dia 22 que é um cidadão no pleno uso dos seus direitos cívicos, pelo que não vê problema em ter dirigido uma carta aos emigrantes apelando ao voto no PS.

«É uma carta com o logotipo do PS, expedida pelo PS, que assumiu os custos, posso mostrá-la a quem a quiser ver, nada tem a ver com a Secretaria de Estado das Comunidades», acentuou.

José Lello reagiu à queixa apresentada pelo PSD junto da Comissão Nacional de Eleições, acusando o actual secretário de Estado das Comunidades de «violação da neutralidade» por ter enviado uma carta aos portugueses residentes no estrangeiro em que apela ao voto nos candidatos do PS nos dois círculos da Emigração.

O PSD acusa ainda Lello de ter pago a publicação, como anúncio, da carta num jornal de Toronto.

«Não há interferência nenhuma, nem percebo como se levanta esta questão quando, no anterior governo, o primeiro-ministro chegou a enviar cartas aos portugueses apelando ao voto no PSD», acrescentou.

Referiu que escreveu a carta na sua qualidade de candidato a deputado pelo PS no círculo do Porto, mas com interesses na área das Comunidades, não como titular do cargo governativo que detém.

Desmentiu ainda que tenha pago a publicação, como anúncio da carta, afirmando que não pode evitar que um jornal qualquer publique na íntegra ou «fac simile» o documento.

«Esta carta tem, pelo menos, o mérito de ser uma carta educada e não como uma missiva que a deputada Lourdes Lara (PSD) escreveu e em que tratava o atleta Carlos Lopes, candidato do PS nas anteriores legislativas pelo círculo de Fora da Europa, no mínimo como analfabeto», disse ainda.



AMBIENTE

José Guerreiro



UMA LEGISLATURA PARA REFORÇAR A CONFIANÇA DOS CIDADÃOS NO SEU AMBIENTE

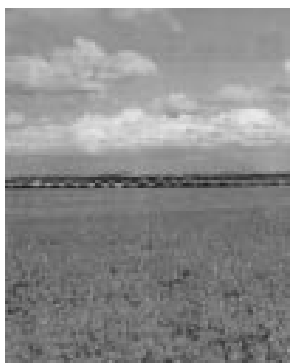
Ao terminar, esta legislatura vários factores devem ser ponderados pelos portugueses, sobre os compromissos que o Partido Socialista assumiu e pretende vir a assumir, no domínio do ambiente e da qualidade de vida. Lia-se no documento dos Estados Gerais de 1995, que um dos principais factores da inconsequência das políticas de ambiente dos governos do PSD se devia à instabilidade governativa: dez anos e cinco titulares da pasta do ambiente; com o XIII Governo constitucional pela primeira vez desde o 25 de Abril, um ministro do Ambiente completa uma legislatura.

A estabilidade foi de facto um factor fundamental para encetar a obra de limpar um país que se encontrava sujo, com mais de 300 lixeiras descontroladas pelo país; despoluir rios e praias, agredidos ao longo das últimas décadas por descargas poluentes descontroladas; aumentar os critérios de qualidade da água de consumo humano e, ao mesmo tempo, promover a protecção do património natural e sensibilização ambiental.

Se o desafio parecia ambicioso, cabe aos portugueses avaliar os resultados:

Em 1999 encontram-se encerradas 226 lixeiras e substituídas por sistemas controlados, a percentagem de população servida passou de 24 por cento em 1995 para 94 por cento em 1999, tendo sido apoiados 31 sistemas (multi e intermunicipais) num investimento de 155 milhões de contos;

Em 1995 a percentagem de população servida por estações de tratamento de águas



residuais (ETAR's) era de 21 por cento e em 1999 de 55 por cento (prevendo-se atingir 70 por cento até ao final de 2000), correspondendo à recuperação/reabilitação de 267 ETAR's para um investimento de 134 milhões de contos. Destacam-se deste esforço as grandes obras de saneamento da Costa do Estoril, do rio Trancão, do Vale do Ave, de Alcanena e de Águeda. O aumento da qualidade de vida dos cidadãos referido nos pontos anteriores foi também possível graças à celebração de contratos de adaptação ambiental com 18 sectores industriais (4131 empresas), que permitissem assegurar essa qualidade e aumentar a competitividade internacional, mantendo os postos de trabalho;

Os níveis de abastecimento de água passaram de 84 por cento em 1995 para 90

por cento em 1999, destacando-se obras como a barragem do Enxóe (Serpa/Mértola), barragem da Apartadura (Portalegre/Marvão/Castelo de Vide), barragem de Odeleite/Beliche (Sotavento Algarvio), ou a CREL da água em Lisboa, a que acresce a criação dos diversos sistemas multimunicipais de abastecimento de água;

No domínio da conservação da natureza foram criados parques naturais internacionais, reservas marinhas, áreas protegidas de âmbito local e regional, enquanto o investimento *per capita* nas áreas protegidas aumentava mais de 30 por cento entre 1995 e 1999. Por outro lado, foram criados novos mecanismos legais e financeiros destinados exclusivamente a áreas protegidas, visando o aumento do nível de vida e do emprego, nomeadamente o Programa Nacional de Turismo de Natureza, o Convénio Pescas/Ambiente ou o desenvolvimento prioritário de medidas agroambientais, entre outros;

* Simultaneamente foi feito um grande esforço na educação e sensibilização ambiental, traduzido pelo facto de em 1995 se registarem 200 escolas envolvendo cerca de 30000 crianças em programas de educação ambiental, contra as 1200 escolas e 16.5000 crianças em 1999;

* O reforço do diálogo com a sociedade civil nesta área, creio que fica bem exemplificado pela nova lei das Organizações não Governamentais do Ambiente (ONGA's) e Mecanato Ambiental, a criação do Observatório de Ambiente e Opinião Pública e, fundamentalmente, pela instituição do Conselho Nacional do Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável, onde todas as forças sociais se encontram representadas, que aliás tinha sido rejeitado pelos governos anteriores.

Mais do que os números, os factos traduzem a diferença de políticas. Onde *antes* se deitavam barracas ilegais abaixo, mas autoestradas «legais» rasgavam sem dó nem piedade parques naturais, alia-se agora o desenvolvimento à qualidade ambiental; onde *antes* se considerava o ambiente como factor de entrave ao desenvolvimento, vê-se *agora* como um dos mercados em maior expansão, desde a valorização de resíduos à requalificação ambiental das empresas gerando riqueza e novos postos de trabalho; onde *antes* se considerava o ambiente como contrapoder (vide os anteriores conflitos entre os titulares das obras públicas ou indústria com os do ambiente), vê-se *agora* o ambiente como parte do poder e factor de equilíbrio (vide decisões conjuntas sobre a autoestrada do sul, novo aeroporto ou barragem do Alqueva). *A diferença não é de números: é política e ideológica.*

No próximo dia 10 de Outubro, aquilo que em matéria de ambiente os portugueses vão escolher é entre uma política que visa devolver a qualidade de vida aos cidadãos, a requalificação do ambiente urbano, um desenvolvimento sustentável, o respeito pelo património natural como parte da identidade nacional, ou uma opção que já demonstrou ser instável, errática, contraditória e inconsequente. Requalificar o ambiente urbano e promover o património natural é o desafio que se coloca à confiança dos portugueses.

JOSÉ JORGE LETRIA

Carlos Carranca

CARTA A ZECA AFONSO



Em várias ocasiões, tenho afirmado: Há poetas que o são antes do verso. Empréstam à vida uma autenticidade, uma entrega de tal modo absoluta que, depois, ou lhes lêem a obra como corpo vivo, palpitante, de sangue a correr nas veias (e o crítico tenta apreender a essência, o que há de pessoal no texto poético), ou, como cadáver que dissecam, retalham-no para alargar a investigação pretensamente científico-formal.

Tenho para mim que os poetas José Afonso e José Jorge Letria são dos que, por múltiplas vivências, atingiram o grau do mistério indecifrável da poesia.

José Jorge Letria muito cedo terá descoberto que a *Poética* é a sua linguagem es-

sencial e que ela é a linguagem privilegiada da comunicação entres os seres.

Cedo, terá partido em busca da autenticidade pela palavra.

Encontrar no homem a epopeia universal da sua humanidade.

O gesto e a palavra sinceramente unidas através da linguagem simbólica onde o Mito e o Rito se sustentam, tê-lo-ão conduzido ao labirinto da verdade, onde a decifração dos mistérios o levam a descobrir, na voz de Zeca Afonso «(...) o ouro da quimera, / a memória branca do sul / a do cerimonial das cantigas / habitadas pelo mistério do vento, / pelo júbilo fraternidade».

Nesta caminhada de redescoberta do sagrado e do simbólico, neste tactear a de-

cifração dos mistérios que as dúvidas clareiam, o autor revela-nos o mistério da totalidade.

Em José Jorge Letria (e esta carta revela-o claramente) há como que uma passagem do profano para o sagrado, da prosa para a poesia. A da transformação do adulto-criança – o de regresso a uma idade primeira – a da consciência adulta da essencialidade poética da infância.

Por isso há «(...) os trovadores da errância galaico-portuguesa da festa da palavra» e uma Coimbra a tocar «as recordações e as chagas / de um tempo fraterno e torturado /»

Letria sabe que a voz de Zeca pedia «...às vezes que subissem com a dele». E com ele vinha «a lucidez cantante / dos pesca-

dores da Fuzeta. / dos descobridores de verdades eternas (...).»

Nesta evocação há, como já referi, a passagem do profano para o sagrado, a entrada no grande templo poético dos homens e mulheres de boa vontade, em unísono, partilhando o momento.

Carta a Zeca Afonso, para além de um acto de amizade verdadeira, é o resultado da necessidade que o autor sente de que todos participemos nos grandes mistérios da vida que as coisas simples revelam.

Não reduzir o ser ao dizer. Não transformar a vida em rotina ou em academismo conformista e burocrático. Dar à vida o que a vida nos pede: Futuro, o «destinatário e remetente de todas as saudades».



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Música do Milénio em Abrantes

Está de volta a Música do Milénio. É que a autarquia local, em associação com a empresa Primetime, a promover a realização de vários espectáculos, visando divulgar a música erudita junto dos abrantinos.

Assim, a partir de amanhã e até ao dia 5, realizam-se vários eventos, integrados igualmente nas comemorações do Dia Mundial da Música.

Os espectáculos começarão sempre às 21 e 30 e obedecem ao seguinte programa: Amanhã, dia 1, o Emsemble Barroco do Chiado actua na Igreja da Misericórdia. No sábado será altura de assistir a um recital de canto e piano a cargo de Ana Moreira, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia. No dia 3, no mesmo local ouvir-se-ão os clarinetes do Quarteto Palyful. O domingo foi reservado para a actuação de Galina Bolkhovitinova e Nuno Inácio (flauta transversal e piano), também na Santa Casa, que na segunda feira serve de palco para um concerto de cordas a cargo do Quarteto Eutherpe.

Pintura e escultura em Albufeira

No sábado, dia 2, assista à inauguração da exposição de pintura e escultura do artista algarvio Anibal Ruivo, que ficará patente na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

A mostra poderá ser visitada diariamente, até dia 15, entre as 10 e 30 e as 17 horas, exceptuando feriados.

Cosmopolismo em Coimbra

No Estúdio 2 do Cine-Teatro Avenida será exibida, hoje, «A Carta», a mais recente realização do cineasta português Manoel de Oliveira, uma fita em que o cantor pop português Pedro Abrunhosa se estreia como actor.

A exposição «João Barros e o Cosmopolismo do Renascimento» - uma mostra comemorativa do centenário do nascimento desde notável historiador, termina hoje. Se ainda não visitou esta exposição que aborda João Barros na sua faceta de amante da História, moralista, pensador erasmiano, humanista e alto funcionário da Corte, então corra até à Torre D'Anto, tem ainda tempo até às 19 horas.

As pinturas de Ferreira de Almeida estão em exibição, até ao dia 22, no Café-Galeria Alameda.

Esta mostra pode ser visitada a partir das 11 da manhã, encerrando às 4 da madrugada.

Egas Moniz em Estarreja

A reedição da obra «Confidências de um investigador científico» é a primeira de um conjunto de iniciativas «Medicina à Egas Moniz».

A apresentação da obra, que decorrerá amanhã, na Câmara Municipal, vai estar a

cargo de João Rui Pita, professor do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra.

A anteceder a apresentação, o professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, José Keating, proferirá uma palestra sobre «Egas Moniz - o Homem, o Médico e a Formação dos Médicos».

Rotas cinematográficas em Fafe

O programa de difusão cultural «Rotas do Cinema» termina amanhã com a exibição da fita de Fernando Fragata «Pesadelo Cor-de-Rosa», com Catarina Furtado e Diogo Infante nos principais papéis. A exibição tem início marcado para as 21 e 30, no Auditório Municipal.

Bailes em Faro

A actuação dos Bonecos de Santo Aleixo do Centro Dramático de Évora (10h30 e 15 horas), a inauguração de exposições de trabalhos de utentes do PATIA (10h15), a actuação do Grupo Folclórico do CATI de Estoi (12 horas), a apresentação do Grupo de Cantares de Santa Bárbara de Nexe (16h15) e os bailes (12h30 e 16h45) assinalarão, amanhã as comemorações do Dia Mundial do Idoso, num ambiente de alegre convívio.

Filme em Guimarães

O filme «Flirt», de Hal Hartley poderá ser visto, hoje, a partir das 21 e 30, no Auditório da Universidade do Minho.

Ainda hoje, encerra a mostra do mês da Biblioteca Anexa de Pevidém, «espaços Urbanos de cabo Verde».

Talentos líricos em Lisboa

A «sétima Arte - Mostra de Cinema Portugueses 25 Anos de Liberdade - 1974/1999» pode ser vista hoje, no Cine 222, a partir das 19 e 15.

A Temporada de Música e Dança 1999/2000 da Fundação Calouste Gulbenkian abre já no início Outubro, com a inauguração das XX Jornadas de Música Antiga.

Assim, amanhã e no sábado, assista, pelas 21 horas, na Igreja da Graça a «Les Talens Lyriques».

Teixeira Gomes em Portimão

A mostra «Teixeira Gomes: a vida, a obra e Portimão» estará aberta ao público, na Biblioteca Municipal, a partir de terça-feira, dia 5, até ao dia 11 de Dezembro.

Arte no Porto

O Museu de Serralves - um espaço de contemplação de arte contemporânea - acolhe presentemente quatro exposições.

Até ao dia 7 de Novembro o Museu albergará Merce Cunningham. El Lissitzky e «Para além da abstracção» esperarão pelo sua visita até à mesma data, bem como a mostra de Fernando José Pereira, «Acesso Interdito».

«Um pouco mais de tempo (até 28 de Novembro) ficará «PO-EX: O Experimentalismo Português entre 1964 e 1980».

Simpósio em Santo Tirso

A Câmara Municipal projecta-se para o terceiro milénio também na arte e na cultura. Nesse sentido decorre, até ao dia 15 de Outubro, o V Simpósio Internacional de cultura de Santo Tirso, um evento que conta com a participação de seis escultores de renome internacional: Han Chang Jo (Coreia do Sul); Dani Karavan (Israel); Mark Brusse (Holanda); Nissim Merkado (Bulgária); Jack Vanarsky (Argentina) e Fernanda Fragateiro (Portugal).

Para o último dia do Simpósio está prevista a implantação e exibição das esculturas acabadas.

Visão medieval em Setúbal

No dia 2, a Fortaleza de São Filipe acolhe as «Noites do Castelo», um conjunto de iniciativas culturais e recreativas que pretendem «reviver» o ambiente que reinava no interior de uma fortaleza do século XV, com três zonas de animação contínua: a recepção, o principal baluarte da fortaleza e os subterrâneos.

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Turismo insere-se a segunda edição do Festival de Artesanato, que decorre, na placa central da Avenida Luísa Tody, até sábado.

POEMA DA SEMANA

Seleccção de Carlos Carranca

Timor: segundo acto da paixão

*Na noite queimada de Díli
um homem cruzou as ruas, deteve-se
nas praças,
olhou os escumbros fumegantes,
os corpos apodrecendo entre ruínas,
ouviu o rumor surdo das preces
e o sussurro da encomendação
das almas.*

*Não falou com ninguém,
nada quis perguntar
sobre o espectáculo da morte em seu
redor,
talvez por lhe causar demasiado horror.
Continuou a caminhar, devagar,
como se sempre tivesse conhecido
a geografia e o sentido daquele lugar.*

*Ninguém quis saber o seu nome,
A sua origem e o seu destino.
Foram-no deixando passar, devagar,
sem sequer repararem
que dentro do corpo cansado
havia um homem exausto, a chorar.*

SUGESTÃO

Banda desenhada

O X Salão Internacional de Banda Desenhada (BD) do Porto, realiza-se, no Mercado Ferreira Borges, de a partir deste sábado, dia 2, prolongando-se até ao dia 10, num evento em que estarão representados 15 autores.

De França vem Etienne Davodeau e a dupla Dupuy-Berberian, enquanto Michael Lark, James Sturm, Debbie Dreschler e o grupo Alternative Comics, com Ed Brubaker, James Kochalka e Steve Weissman, representam os Estados Unidos, estando todos estes autores presentes no Porto durante a mostra, pessoalmente e em exposição.

Entre os portugueses, o Salão apresenta exposições de Nuno Saraiva e da dupla Paulo Patrício e Rui Ricardo.

A edição portuguesa de BD e o tema de outra exposição, que mostra a produção de quatro editoras, a LX Comics, a Primata Comix, a Quadrádnhos e a Cru, com Miguel Rocha, Filipe Abranches, Pedro Pires e Mário Moura. A produção clássica de BD estará presente através de uma mostra destinada aos mais pequenos, com obras do criador belga Franquin, a partir de Gaston La Gaffe.

O programa da iniciativa compreende um conjunto de actividades paralelas, nomeadamente uma Feira do Livro e do Fanzine BD, onde estão presentes as edições nacionais e importações do mercado franco-belga e norte-americano.

Outra iniciativa prevista é a realização do colóquio «1999 - Hoje, a Banda Desenhada», que decorre durante os três primeiros dias de Outubro.

Poema inédito de José Jorge Letria
Cascais, 11 de Setembro de 1999.

6ª FILA

Manuel dos Santos



OS HOMENS FELIZES NÃO FAZEM RELATÓRIOS

O que se torna mais arrepiante na apreciação da situação de Timor-Leste é a sensação de que tudo caminha exageradamente lento.

As regras do chamado mundo «civilizado» são assim! Os mandatos determinam as competências, as formalidades sobrepõem-se às necessidades, a fixidez e a rigidez dos comportamentos são inimigas da adequada e necessária flexibilidade. Tudo se passa, como se tudo dependesse dum relatório, dum despacho, enfim, de uma decisão do superior hierárquico imediato.

Entretanto, o heróico povo de Timor sofre e, se é verdade que provavelmente não se corre já o risco do genocídio, assiste-se, contudo, à eliminação completa dum património, duma civilização e de uma cultura.

O abandono de Timor-Leste pelas tropas da Indonésia, não é só humilhante pela derrota que significa para os militares javaneses, é, sobretudo degradante porque acompanhada da destruição gratuita e da desordem mais absoluta.

Não é fácil imaginar o actual sofrimento do Povo Maubere que ultrapassa, hoje, em muito a dimensão física e material. Após um período prolongado de permanência nas montanhas, o único refúgio à fúria assassina das milícias e do exército indonésio, a primeira imagem da chegada a Dili é a destruição pelo fogo de tudo o que pode ser útil e necessário.

Esta criminoso «política de Terra Queimada», a que se associa a perseguição às Organizações Humanitárias e às instituições religiosas não tem precedente nos conflitos mais recentes.

A TV tem aliás divulgado imagens que permitem conhecer na totalidade esta dimensão que constitui uma injusta tragédia para este povo pacífico.

Desde a Segunda Guerra Mundial não há memória de um tal nível de destruição e foram já muitos, infelizmente, os conflitos regionais que ocorreram no Mundo. As imagens das nuvens de fumo que as televisões nos mostram a ocultar o Sol «Nascente» de Dili, perdurarão como uma marca negativa do choque entre uma civilização e uma barbárie.

Por isso, é absolutamente indispensável reunir rapidamente uma Comissão ou um Tribunal que não deixe impunes os crimes contra a humanidade e contra a civilização que foram e estão a ser praticados em Timor-Leste.

A obstrução à constituição deste Tribunal por parte de alguns países entre os quais Cuba, que sempre teve a simpatia dos portugueses, é incompreensível e inaceitável. Não acabou ainda nem deve acabar o estado de mobilização permanente da opinião pública portuguesa que tão importante foi no processo de controlo da crise até ao momento.

E é por isso que, com eleições ou sem eleições, é indispensável que o governo continue a cumprir o seu dever para com os timorenses, pela honra dos portugueses e por imperativo civilizacional.

PS. Recentemente a minha mãe, que é uma pessoa muito informada e empenhada, comentava displicentemente: «O maluco da Madeira tem estado muito calado». «Infelizmente» retorqui eu.

Entretanto, o Homem já nos ouviu aos dois.

«O Eduardo Ferro Rodrigues é uma das figuras centrais e um elemento fundamental no PS»

António Guterres

«Mas, no PS, não somos uma monarquia, em que o líder indica o seu sucessor»

Idem, ibidem

«Quando há um Governo do PS que trabalha com os alentejanos, que alia uma política económica com o combate à pobreza e ao desemprego, que se preocupa com as carências dos menos poderosos, que quer uma efectiva igualdade de oportunidades, estou certo que é difícil para o eleitor comunista alentejano compreender»

Idem, ibidem

«Estou convencido que os eleitores comunistas não podem deixar de ficar profundamente chocados quando vêem os líderes do PCP e do PSD na televisão parecerem os melhores amigos do mundo»

Idem, ibidem

«Durante estes quatro anos, dei tudo quanto podia para ajudar os portugueses a viver melhor e ajudar o país a ser mais próspero e solidário»

Idem, ibidem

«O mais perigoso neste momento é muita gente pensar que as eleições já estão ganhas. Só estão ganhas no dia em que os portugueses votarem»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz